

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano VIII, número 23, Setembro-Dezembro/95

METRÓPOLE

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti
Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MTB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer
Cláudio Ambrózio
Francisco Nunes
Heins Dieter Heidemann
José Giacomo Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José Jorge Gebara
Luiz Bassegio
Wanderluce Pessoa Bison

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Hermilo E. Pretto
Marilda A. Menezes
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - F:011-7209.13.87

Endereço para correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
CEP 01514-030 São Paulo/SP - BRASIL
Fone: (011)278.62.27 - Fax: (011)278.22.84

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

- 5** A MOBILIDADE INTRA-REGIONAL NA METRÓPOLE: CONSOLIDA-SE UMA QUESTÃO
José Marcos Pinto da Cunha
- 11** SÃO OS MIGRANTES TRADICIONAIS?
Cynthia Andersen Sarti
- 14** UMA FACE DESCONHECIDA DA METRÓPOLE: OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO
Sidney Antonio da Silva
- 20** COMO NASCE UM JUSTICEIRO
Ariovaldo Malaquias
- 25** MORAR OU APENAS SE ADAPTAR NUM CONJUNTO HABITACIONAL: FRAGMENTO DA HISTÓRIA DE ITAQUERA I
Amélia Luisa Damiani
- 28** CONJUNTO HABITACIONAL: UM UNIVERSO DIVERSO NA METRÓPOLE
Maria de Fátima Almeida Martins
- 31** A REINVENÇÃO DE CURITIBA: PLURALISMO ÉTNICO E IMAGENS DE PRIMEIRO MUNDO
Maria Cecília Solheid da Costa
- 35** SER BRASILEIRO EM LONDRES
Angela Torresan

Vamos à Metr6pole!

Se algu6m lhe fizesse um convite nestes termos, provavelmente reagiria com estranheza. Pois 6 este o convite que lhe fazemos. Pode at6 responder - Sim! - mas sem d6vida n6o abriria m6o de sua curiosidade. Por isso lhe dizemos: Vamos 6 metr6pole ao encontro dos migrantes. E voc6 retruca: Mas eles s6o muitos e ao mesmo tempo aparecem e se ocultam nos mais diversos espa6os! Tem raz6o, nosso convite 6 por demais ambicioso. 6 preciso definir alguns lugares e/ou grupos espec6ficos. Na verdade n6o 6 outra nossa inten66o. Mas tal tarefa a delegamos a alguns "cicerones", vejamos o que eles nos prometem mostrar.

Jos6 Marcos, reportando-se 6s tend6ncias apontadas pelo Censo de 80 e, sobretudo, a partir dos dados dispon6veis referentes 6 d6cada passada, convida-nos a observar os novos contornos que a migra66o no Brasil vem apresentando.

A Cynthia, o Sidney e o Ariovaldo fazem-nos observar que a metr6pole, locus privilegiado de valores e rela66es sociais regidos pelos ditames da modernidade, apresenta em sua tessitura verdadeiros rasgos que se antep6em 6 tal racionalidade.

Cynthia desloca-nos para a periferia da metr6pole paulista, junto aos migrantes-pobres. Estes, sa6dos do campo e envoltos agora num dos p6los mais modernos e desenvolvidos do Pa6s, experienciam a cruel ambiguidade do "querer e n6o poder", pois a sociedade, a eles pobres, "promete e n6o cumpre, oferece e n6o permite ter, exhibe e n6o deixa tocar". Nesse contexto, estruturam sua exist6ncia com base na constru66o de uma rede de rela66es pessoais, a exemplo do que ocorria no mundo rural. Da6 a instigante pergunta da autora: S6o os migrantes tradicionais?

Mas a modernidade apresenta outras fissuras, tais como as descritas pelo Sidney e pelo Ariovaldo. O primeiro conduz-nos junto aos imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura, na cidade de S6o Paulo, na condi66o de clandestinos e indocumentados. O segundo transporta-nos para uma das maiores favelas da cidade de S6o Paulo e, a partir da figura do justiceiro revela-nos como o migrante-pobre 6 coagido a pautar sua t6nu exist6ncia n6o em c6digos formais, mas por outros, totalmente an6malos, estabelecidos num pacto surdo entre moradores e marginais.

Am6lia e F6tima desviam o roteiro para dentro do universo dos Conjuntos Habitacionais onde, os moradores, submetidos a um espa6o padronizado, conseguem imprimir nele novas configura66es, novos significados.

Por outro caminho, Maria Cec6lia e Angela apresentam-nos a metr6pole enquanto contexto pluri6tnico. Em destaque Curitiba e Londres. Na primeira, a incorpora66o de grupos 6tnicos 6 imagem de cidade de Primeiro Mundo implica na reconstru66o da identidade de curitibano; na segunda, onde os imigrantes brasileiros integram o rol dos "inferiores", a reconstru66o da identidade de brasileiro constitui estrat6gia para igualar-se aos imigrantes do Primeiro Mundo residentes em Londres.

Finalmente, resta-nos informar ao leitor que o artigo de Abdelmalek Sayad, prometido na edi66o passada para este n6mero, exigir6 um pouco mais de espera. Mas voc6 n6o perde por aguardar. Tratando-se de um texto extenso, e por sua qualidade, decidimos public6-lo em um n6mero especial de *Travessia*. Aguarde!

Dircceu Cutti

BIBLIOTECA DE MIGRAÇÕES

O CEM (Centro de Estudos Migratórios), dispõe de um Centro de Documentação, com uma Biblioteca Específica de Migrações. Reúne livros, artigos, teses, monografias, revistas nacionais e internacionais, bem como periódicos que dizem respeito à questão migratória.

Horário de Atendimento:

A Biblioteca está aberta ao público, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 12:00 hs.

Temáticas do Acervo

MIGRAÇÃO INTERNA
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL
IMIGRAÇÃO NO BRASIL
TERRA
URBANIZAÇÃO
DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS
CULTURA
ECONOMIA
RELIGIÃO

Solicitamos doações de teses e monografias atinentes ao tema Migração

CONHEÇA, LEIA E DIVULGUE

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Assine e Adquira os Números Atrasados

Números Publicados

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno

Escreva ou telefone para:

REVISTA TRAVESSIA
RUA VASCO PEREIRA, 55
SÃO PAULO - SP
01514-030
FONE: (011) 278.62.27
FAX : (011) 278.22.84

Escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e junto ao pedido envie um cheque nominal ao **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS** no valor correspondente.

Valor da assinatura

- () Ass. válida por 1 ano R\$ 10,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 30,00
Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Números avulsos:

- Até 10 exemplares..... R\$ 4,00 cada
- Acima de 10 exemplares, R\$ 3,00 cada

Obs: Temos exemplares de todos os números.

A MOBILIDADE INTRA-REGIONAL NA METRÓPOLE: CONSOLIDA-SE UMA QUESTÃO

*José Marcos Pinto da Cunha**

Introdução

A migração tem sido, ao longo da história, um elemento importante na dinâmica demográfica e econômica brasileira. Seja através das imigrações do além-mar, em um primeiro momento, seja em função da mobilidade interna posteriormente, o fato é que o fenômeno migratório não pode ser desconsiderado quando se pretende entender ou mesmo descrever a trajetória populacional do País.

Na literatura pode-se encontrar muitos autores que abordam direta ou indiretamente e sob vários pontos de vista e referências temporais o tema da migração no Brasil (BALÁN, 1974; MARTINE, 1990; MATA, 1980; MARTINE, 1990; GRAHAM e HOLANDA, 1980; MERRICK e GRAHAM, 1981; entre outros). Da análise destes estudos clássicos e de outros não mencionados, constata-se que até bem pouco tempo, a maior parte dos estudiosos envolvidos com o tema dedicaram-se a entender e diagnosticar as migrações rurais/urbanas e os deslocamentos interestaduais, uma vez que estas foram, sem dúvida nenhuma, as grandes problemáticas no País nos anos 60 e 70.

Contudo, confirmando as expectativas e previsões derivadas das tendências já detectadas a partir dos dados do Censo de 80, as informações mais recentes do Censo de 1991, mostraram que o cenário migratório nacional mudou de maneira significativa.

Assim, ao que parece, a mobilidade interestadual que roubava a cena dos estudos migratórios das décadas anteriores foi progressivamente perdendo peso relativo para outras formas de deslocamentos

populacionais relativamente menos visíveis em uma época quando a grande questão era a migração dos nordestinos ou mineiro para São Paulo, a ocupação das fronteiras agrícolas, etc.

De fato, como será demonstrado, já na década de 70, algumas formas de deslocamentos intra-regionais começam a ganhar maior volume e importância relativa e, por conseguinte, passaram a figurar, mesmo que de maneira ainda tímida na agenda atual dos estudos migratórios. Tratam-se, na verdade, de deslocamentos populacionais de caráter permanente (migração intrametropolitana) ou diário (mobilidade pendular) que surgiram e ganharam força em decorrência do processo de expansão e (re)estruturação urbana, sobretudo nas áreas metropolitanas, alimentados pela tendência sustentada de concentração demográfica ao longo das décadas de 60 e 70.

Dentro deste contexto, o presente artigo busca analisar alguns dos dados censitários disponíveis de forma a mostrar a importância crescente destes novos movimentos populacionais na dinâmica demográfica das Regiões Metropolitanas, em detrimento das históricas migrações interestaduais. Além disso, pretende-se apresentar algumas de suas características mais marcantes, para o que se recorre às informações da década de 70 já que até o momento não se dispõe de dados mais recentes.

Também como forma de situar esta discussão, apresenta-se preliminarmente alguns antecedentes sobre a história migratória nacional, da qual o tema abordado é uma decorrência.

Os movimentos migratórios no Brasil até os anos 70: uma breve síntese

Situando a questão apenas a partir do final do século passado, pode-se dizer que o fim da década de 20 marcou uma importante inflexão nas características dos movimentos migratórios nacionais. Se até então, durante a vigência do modelo primário-exportador, a imigração estrangeira destacava-se como fenômeno, depois da crise de 1929, as migrações internas ganharam preponderância no processo de distribuição espacial da população.

No primeiro caso, o fortalecimento do ciclo econômico do café e a interrupção do tráfico de escravos foram elementos decisivos para a implementação no Brasil de políticas explícitas de imigração livre que implicou na chegada de milhares de imigrantes europeus (principalmente portugueses e italianos)¹. Segundo MERRICK e GRAHAM (1981:122) “cerca de 4 milhões de imigrantes entraram no país de 1880 a 1930”, sendo que “a década de 1890 registrou a maior imigração da história brasileira, com mais de um milhão de pessoas”².

O fato da imigração estrangeira ter sido relevante não implica, no entanto, que no período anterior à crise de 1929 não tenham havido movimentos internos. Embora o dimensionamento desses fluxos seja pouco confiável, há indicações de que a cultura do café motivou os movimentos de trabalhadores nacionais (CAMARGO, 1982) e escravos libertos para o Sudeste

(BUARQUE de HOLANDA, 1989), assim como a borracha mobilizou indivíduos do Nordeste para a Região Amazônica sem contar os outros deslocamentos relacionados à expansão da fronteira (BALÁN, 1973).

Talvez o mais interessante a considerar na história migratória brasileira e que está mais diretamente relacionado às condições atuais de concentração populacional e urbana, sejam os movimentos internos ocorridos, sobretudo, a partir dos anos trinta. Foi, sem dúvida, a partir daí que os deslocamentos populacionais internos começaram a ganhar força, refletindo a crescente diferenciação socioeconômica que se instalava no Brasil em termos regionais.

Como bem assinala MARTINE (1990)³, o período pós-30 foi marcado por duas tendências redistributivas, uma centrífuga, ancorada na ocupação e abertura de fronteiras agrícolas, e outra centrípeta que implicou na crescente concentração da população nas grandes cidades.

A crise do café e, portanto, a perda de hegemonia da produção agrícola na economia nacional, no período pós-30, marca o início efetivo do processo de industrialização e com ele a concentração das atividades e o aumento progressivo do poder de atração do eixo São Paulo/Rio. Propiciado também pela falta de oportunidades nas regiões de origem - preponderantemente rurais - tal processo acelerou-se ainda mais no período pós-guerra quando a necessidade de mão-de-obra pela indústria tornou-se ainda mais intensa. Os fluxos mais significativos registrados nesse período foram de Minas Gerais e Bahia em direção a São Paulo - sendo os primeiros fluxos ainda devido ao café; do Nordeste a São Paulo; dentro do Estado de São Paulo, da Região Central em direção ao Oeste (uma das últimas etapas da expansão do café); e, finalmente, o início da ocupação das fronteiras do Centro-Oeste e Maranhão.

A partir de 1950, o que se observa é um crescimento e importante diversificação do parque industrial brasileiro, principalmente em São Paulo com a instalação de indústrias pesadas como é o caso da automobilística (CANO, 1977). Também nesse período inicia-se um processo de tecnificação da agricultura - tendência que

se consolidaria apenas mais tarde - e incrementa-se, sobretudo nas áreas rurais, o ritmo do crescimento vegetativo em função da grande queda da mortalidade registrado no pós-guerra, aumentando a população excedente nessas áreas.

Nesse contexto, a maioria das tendências iniciadas no período anterior amplificou-se, resultando em uma intensificação daqueles fluxos migratórios internos, sendo que a eles se somaria a migração para o norte do Paraná; fenômeno esse resultado da última expansão de fronteira baseada na produção do café.

Como lembra MARTINE (1994), outra etapa significativa em termos migratórios no Brasil ocorreu a partir de meados dos anos 60, quando teve lugar o início de uma progressiva e, sem precedentes, desruralização e, conseqüentemente, concentração urbana derivadas de transformações radicais no campo. A tecnificação, os mecanismos de crédito adotados, a especulação e concentração fundiária restringiram de forma impiedosa o acesso à terra pelos pequenos produtores e reduziram a demanda por mão-de-obra, gerando um grande êxodo rural.

Assim, não apenas foram consolidadas as grandes concentrações urbanas do Sudeste e, conseqüentemente, as formações metropolitanas⁴, mas também se deu a maior expansão das fronteiras agrícolas nacionais quando áreas da região amazô-

nica, como Rondônia, apresentam os maiores crescimentos demográficos do país. Nesse mesmo período, registra-se um grande êxodo rural dos Estados do Paraná e Goiás que até então haviam sofrido um acentuado ritmo de ocupação.

Vale a pena frisar ainda que nos anos 70 já se delineava uma tendência de estagnação ou mesmo de arrefecimento do crescimento das regiões metropolitanas - como ocorreu, por exemplo, naquelas do Sudeste - fenômeno que estaria refletindo, por um lado, a redução da imigração inter-regional e, por outro, ainda que em menor grau, o crescimento demográfico e econômico de outras áreas próximas às regiões metropolitanas⁵.

As Tendências Recentes da Migração no Brasil

A Migração Interestadual: o Arrefecimento Esperado

Um fato incontestável revelado pelo Censo Demográfico de 1991 foi a diminuição generalizada do crescimento demográfico nas regiões brasileiras. Como atesta MARTINE (1994:8), no intervalo intercensitário de 1980/91 "...todas as grandes regiões apresentaram uma redução importante do seu ritmo de crescimento em relação às décadas anteriores".

TABELA 1

Brasil: Taxa Média Geométrica de Crescimento segundo Grande Regiões - 1940/91

Brasil e Grandes Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Brasil	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93
Norte	2,30	3,40	3,47	5,02	4,06
Nordeste	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82
Sudeste	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76
São Paulo	2,40	3,50	3,30	3,50	2,02
Minas Gerais	1,50	2,33	1,49	1,54	1,48
Sul	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38
Paraná	5,61	7,16	4,97	0,97	0,93
Centro-Oeste	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99

Fonte: MARTINE, 1994.

Na verdade, em nível de país como um todo, tal diminuição já era esperada em função da queda da fecundidade, que desde meados dos anos 60 já vinha sendo detectada. No entanto, o comportamento de algumas regiões chama a atenção pela drástica redução do crescimento, como nos casos dos Estados do Sudeste, ou pela manutenção de taxas de crescimento ainda elevadas como ocorreu no Norte (tabela 1).

Pelo menos até os anos 70, impulsionada pela intensa imigração, a Região Sudeste e, em particular, o Estado de São Paulo, cresceram a taxas significativamente maiores que as do País, fato que já não se observa nos anos 80. Assim, mesmo não dispondo, até o momento, de estimativas sobre migração para essa década⁶, pode-se deduzir que o comportamento observado por essa região é um reflexo direto do importante arrefecimento dos movimentos migratórios.

A contrapartida para essa situação pode ser obtida a partir da observação do comportamento das taxas de crescimento das regiões historicamente "fornecedoras" de migrantes, como o Paraná, Minas Gerais e, principalmente, o Nordeste. Nesses casos, constata-se que a diminuição das taxas foi bem menor que no Sudeste ou mesmo no Brasil, o que é um indicio de que a emigração deve ter diminuído de maneira significativa.

Obviamente que ao levar em consideração que a taxa de 1,92% a.a. registrada para o Brasil seja um indicativo aproximado do crescimento vegetativo médio do país⁷, pode-se concluir que ainda houve nos anos 80 emigração líquida nessas áreas, até porque, sobretudo no Nordeste, é bem provável que a fecundidade seja maior que o média nacional, o que levaria também a um crescimento vegetativo maior.

No entanto, parece não restar dúvidas de que a intensidade dessa emigração diminuiu, o que se reflete diretamente na redução do crescimento do Sudeste, em particular de São Paulo, que sempre tiveram nesses fluxos migratórios um dos grandes impulsionadores de seus aumentos populacionais⁸.

Por outro lado, o crescimento demográfico acima da média nacional apresentado pelas regiões Norte e Centro-Oeste mostram que ainda nos anos 80 essas áreas registraram saldos migratórios positivos que certamente foram mais importantes na primeira região, em especial nos Estados de Rondônia, Roraima e Pará que cresceram a taxas elevadas da ordem de 5,5%, 8,7% e 3,6% a.a., respectivamente.

Em suma, os dados do Censo de 1991, até o momento disponíveis, permitem inferir que, à exceção dos casos da manutenção de ocupação das fronteiras agrícolas, a década de 80 foi marcada por uma importante redução da mobilidade interestadual.

Os motivos dessa nova tendência ainda não são conclusivos, contudo, os efeitos da crise que estagnou ou, no mínimo, diminuiu fortemente o crescimento das oportunidades econômicas dos grandes centros do país, reduzindo seu poder de atração, deveriam ser lembrados entre os elementos responsáveis. Além disso, a redução da fecundidade e, conseqüentemente, dos estoques populacionais nas áreas expulsoras podem ser elencados como fatores importantes para tal situação⁹.

Assim, além da redução da concentração populacional nos maiores centros urbanos do país, em especial nas regiões metropolitanas, um corolário de toda essa modificação da dinâmica migratória interestadual deverá ser o aumento da intensidade, ou pelo menos, da importância relativa, da mobilidade intra-estadual, sobretudo, a intra-regional. Novamente aqui os dados disponíveis não permitem conclusões definitivas, contudo, a observação da tabela 2 possibilita algumas inferências que confirmam essa tendência.

Os Movimentos Migratórios Intra-Regionais: a Questão Emergente

Os primeiros dados do Censo de 1991 já permitem avaliar de maneira aproximada que a década de 80 consagra novas tendências em termos dos movimentos populacionais - algumas das quais já se delineavam na década anterior - que até então não se destacavam comparativamente à migração rural-urbana, em geral, e a migração inter-regional, em particular.

Na verdade, no contexto de intenso processo de concentração populacional, iniciado desde os anos 60, novas formas de mobilidade populacional passaram a ganhar importância e significado analítico. De fato, principalmente nas grandes áreas metropolitanas, os movimentos intra-regionais e a mobilidade pendular surgem como questões emergentes uma vez que, de certa forma, seriam conseqüência de uma dinâmica interna própria de expansão da região, por sua vez ligada ao processo de uso e ocupação do solo, da "periferização" da população, da desconcentração da atividade econômica, etc.¹⁰

TABELA 2

Brasil: Taxas de Crescimento dos Estados e respectivas Regiões Metropolitanas-1980/91

Unidades da Federação	Taxas de Crescimento Médio Anual (%)		
	Estado	Região Metropolitana	Periferia Metropolitana
Pará	3,64	2,65	2,65
Ceará	1,70	3,49	6,38
Pernambuco	1,35	1,85	2,92
Bahia	2,08	3,18	4,31
Minas Gerais	1,48	2,52	4,98
Rio de Janeiro	1,13	1,01	1,47
São Paulo	2,12	1,86	3,20
Paraná	0,93	3,64	6,40
Rio Grande do Sul	1,48	2,15	3,12

Fonte: MARTINE,

TABELA 3

Quadro Comparativo da Participação Relativa dos Movimentos Intrametropolitanos no Conjunto da Migração
Regiões Metropolitanas Brasileiras - 1970/80

Regiões Metropolitanas	População Não Natural dos Municípios Metropolitanos com Menos de 10 Anos de Residência*			Participação Relativa da Migração Intrametropolitana	
	Total	Residência Anterior no Respectivo Estado	Residência Anterior na Região Metropolitana	No Total da Migração	Na Migração com Origem no Respectivo Estado
Belém	178059 (668013)	122738 (18,37)	20144 (3,0)	11,3	16,4
Fortaleza	368077 (697273)	307715 (44,13)	45474 (6,5)	12,3	14,8
Recife	495842 (948666)	404344 (42,62)	243182 (25,6)	49,1	60,1
Salvador	316230 (1155718)	237332 (20,54)	35906 (3,1)	11,3	15,1
Belo Horizonte	749266 (2328713)	640084 (27,49)	185468 (8,0)	24,7	29
Rio de Janeiro	1331471 (1671619)	677773 (40,55)	548980 (32,8)	41,2	81
Curitiba	478505 (2219382)	376417 (16,96)	89978 (4,0)	18,8	23,9
Porto Alegre	651107 (1411394)	584139 (41,39)	205877 (14,6)	31,6	35,2
São Paulo	3383701 (6602458)	1464045 (22,17)	920423 (13,9)	27,2	62,9

Fonte: Fundação IBGE. Fluxos Migratórios Intrametropolitanos. Brasil-1970/1980. Textos para Discussão, nº 45, Rio de Janeiro, 1991.
-----Censo Demográfico do Brasil de 1980

* Os valores entre parênteses representam o total de imigrantes registrados nas respectivas Unidade da Federação e os percentuais de cada coluna com relação a este total.

A Migração Intrametropolitana

De fato, confrontando as taxas de crescimento total das Unidades da Federação com as de suas respectivas áreas metropolitanas e dessas últimas com as de suas periferias¹¹, sobram indícios da existência de movimentos migratórios intrametropolitanos e intra-estaduais envolvendo essas áreas.

No primeiro caso, observa-se que para 6 das 9 RMs o crescimento total do Estado é menor que o das Regiões Metropolitanas, o que possivelmente seria explicado por transferências populacionais líquidas para estas áreas. A não ser por esse motivo, os diferenciais só poderiam ser explicados pela incidência de um maior crescimento vegetativo nas áreas metropolitanas o que, além de pouco provável, dificilmente seria suficiente para justificar as discrepâncias encontradas.

As exceções a essa regra são os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pará nos quais as RMs crescem mais lentamente que o total estadual; o que sugere que, nestes casos, exista transferências populacionais líquidas desde estas últimas áreas para o interior dos respectivos Estados. De fato, no caso específico de São Paulo, mostrou-se (CUNHA, 1987) que já na década de 70 esse fenômeno ocorria.

Pelo menos no caso de São Paulo e Rio de Janeiro não é de se estranhar tal comportamento, haja vista a grande concentração populacional observada ao longo dos anos e a desconcentração mais recente das atividades produtivas para o interior de seus territórios.

Outra tendência de mobilidade populacional que pode ser inferida da **tabela 2** são as migrações intra-metropolitanas. Na verdade, em contexto regional de tão baixas taxas de crescimento demográfico somente transferências

massivas de população do centro para a periferia poderiam justificar as elevadas taxas dessas últimas áreas.

Para que tenha uma idéia, segundo dados divulgados pela Fundação IBGE (1991), já nos anos 70, a migração intrametropolitana foi responsável por cerca de 13,0% de todos os migrantes registrados na década de 70 nos Estados que possuíam área metropolitana, e 28,9% daqueles recebidos pelas próprias Regiões Metropolitanas, sendo que para algumas delas, como Rio de Janeiro e Recife esta última cifra atingiu níveis ainda maiores (**tabela 3**).

Os dados da **tabela 3** deixam também evidente o grande volume populacional que representam as transferências populacionais no interior da maioria das Regiões Metropolitanas, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro onde, respectivamente, 920 e 548 mil pessoas trocaram de município no seu interior na década de 70.

Além desses dados gerais divulgados pelo IBGE, alguns estudos mais aprofundados deixam bastante claro o papel da migração intrametropolitana no processo de redistribuição espacial da população no interior da metrópole (CUNHA, 1994; MATOS, 1994; RIGOTTI e RODRIGUES, 1994). Estes estudos feitos para São Paulo e Belo Horizonte, não apenas confirmam esse fato, como também mostram uma interessante semelhança nos processos para as duas regiões quanto ao caráter predominantemente centrífugo dos movimentos tendo a capital como principal área de origem dos migrantes.

Desta forma, percebe-se que esse tipo de mobilidade também já podia ser identificada na década de 70 para todas as RMs do país. Contudo, pode-se esperar que, em razão da forte diminuição dos fluxos migratórios interestaduais, sua importância relativa, enquanto impacto na dinâmica demográfica dos municípios metropolitanos, tenha crescido de forma significativa, na década seguinte.

Assim, todos os indícios levam a crer que a grande questão migratória da década de 80 a ser revelada futuramente pelos dados censitários específicos, será a mobilidade de mais curta distância, seja ela intrametropolitana ou intra-regional. Em termos prospectivos não se vislumbra mudanças que permitam reverter esse quadro, sobretudo, em um momento de grande ajuste pelo qual passa o País.

Mobilidade Pendular

Pode-se considerar que a mobilidade pendular, aqui entendida como o deslocamento de pessoas em caráter diário com a finalidade de exercer alguma atividade fora de sua região de residência, é um fenômeno intrínseco ao processo de metropolização, uma vez que reflete, em outros aspectos, o descompasso entre o processo de redistribuição da população e a distribuição das atividades econômicas e de serviços no espaço urbano.

Como já se mostrou, o que se observa no Brasil é que uma das consequências das grandes aglomerações é o progressivo crescimento e ocupação das áreas periféricas

em detrimento das áreas centrais, o que, via de regra, implica no distanciamento cada vez maior entre o população e os lugares onde esta exerce suas atividades, sobretudo, as produtivas. Assim, o processo de periferização da população tem como um de seus indiscutíveis corolários, o aumento não só das distâncias e tempo das viagens dos indivíduos, mas também do volume de pessoas que se deslocam diariamente dentro da metrópole. Dados coletados pela Pesquisa Origem/Destino (O/D) do Metrô Paulista mostram que, em 1977 e 1987 (momentos da referida pesquisa), para regiões mais distantes do Centro e para as camadas mais pobres (que, em geral, aí residiam), o tempo médio de viagem era praticamente o dobro da média regional calculada em 33 e 37 minutos, respectivamente (METRÔ, 1989).

Até o momento, poucos são os estudos conhecidos que tratam da questão da mobilidade pendular (BAENINGER, 1992; BÓGUS, MONTALI e BAENINGER, 1990; CUNHA, 1994 e HOGAN, 1992) e, portanto, mais escassos ainda são os dados disponíveis a esse respeito. No caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, os dados censitários de 1980 mostram que, naquele momento, mais de 760 mil pessoas (14% da PEA metropolitana) deslocavam-se de um município a outro dentro da Região para desenvolverem suas atividades produtivas ou estudantis.

Contudo, para esta mesma região, estas cifras não espelham a importância da mobilidade pendular na vida dos moradores das periferias, sobretudo, aquelas tipicamente com função dormitório. Nestes casos específicos, os dados analisados mostraram que, em média, 45% da PEA residente exercia duas atividades em outro município (CUNHA, 1994).

Os mesmos dados mostram, ademais, que a mobilidade pendular é ainda mais frequente entre os migrantes intrametropolitanos. De fato, enquanto para estes últimos 53% da PEA realizavam este tipo de movimento, no caso de outros tipos de migrantes, ou mesmo dos não-migrantes, este percentual não ultrapassava os 12%.

Assim sendo, percebe-se que migração intrametropolitana e mobilidade pendular possuem uma estreita relação não apenas porque esta última é, em boa medida, uma contrapartida da primeira, mas porque muitos dos condicionantes de uma serão também os da outra. Portanto, é natural que, no presente quadro migratório nacional, ambas as questões figurem simultaneamente como temas da mais alta relevância.

Infelizmente a mobilidade pendular deixou de ser captada no Censo de 1991, razão pela qual esforços alternativos deverão ser empreendidos no sentido de se preencher esta lacuna. Entretanto, o que se pode dizer é que se trata de um fenômeno dos mais relevantes para a compreensão das consequências demográficas do processo de expansão urbana das grandes aglomerações¹² e que, portanto, deve ser melhor entendido e analisado. Aliás, ainda hoje os dados dos Censos de 1970 e 1980 específicos sobre este fenômeno estão praticamente inexplorados o que abre um enorme campo de estudos possíveis ainda por serem feitos.

Conclusões

O Brasil passou, na década de 80, por importantes transformações econômicas e sociais alternando momentos de crise, como no início da década e desfrutando de tempo

Foto: Arquivo CEM



de grande entusiasmo, como o Plano Cruzado. Neste contexto, sua dinâmica demográfica, em particular, a migratória não ficou imune a mudanças.

De fato, os primeiros dados divulgados do Censo Demográfico de 1991 já foram capazes de apontar alterações nos padrões de comportamento demográfico regional e da mobilidade territorial no país. Chamou, assim, a atenção a redução quase que generalizada das taxas de crescimento das várias regiões, principalmente, do Sudeste que, apesar da queda da fecundidade, só se poderiam justificar pelo arrefecimento ou mesmo interrupção dos históricos fluxos migratórios interestaduais.

Os dados são claros: enquanto as antigas áreas receptoras de migrantes diminuiram de forma abrupta seus ritmos de crescimento demográfico, as regiões expulsoras se recuperaram, ou pelo menos, reduziram a intensidade de queda de suas taxas.

Paralelamente a isso, também a maioria das Regiões Metropolitanas sofreu reduções significativas de seus crescimentos, a ponto de, algumas delas, como São Paulo e Rio de Janeiro, crescerem a níveis inferiores aos seus respectivos estados. Não obstante o anterior, chamou-se a atenção para o fato de que, nestas áreas metropolitanas, a periferia continuou crescendo, indicando que, independentemente do arrefecimento do crescimento demográfico da região, a população continuou a se distribuir dentro destas áreas. Dados recuperados de pesquisas anteriores para algumas regiões, mostraram que para este processo, a contribuição da migração intrametropolitana foi decisiva.

Assim, o que se sustentou neste artigo foi que, em um contexto da diminuição dos fluxos migratórios interestaduais, este tipo de migração - que já podia ser claramente identificada na década de 70 para muitas áreas metropolitanas, em especial a de São Paulo - deve ter ganho importância relativa passando a ter maior peso sobre a dinâmica de ocupação dos espaços metropolitanos.

Por isso mesmo, considerou-se que a migração intrametropolitana, em particular e a intra-regional, de forma mais geral, deverão ser questões que emergirão com maior nitidez dos dados específicos do

Censo de 1991, ocupando, portanto, um papel de destaque entre as questões migratórias mais atuais.

* José Marcos Pinto da Cunha é Demógrafo da Fundação SEADE e do NEPO/UNICAMP.

NOTAS

1. MERRICK e GRAHAM mencionam, inclusive, que os fazendeiros no Sudeste "frente à falta de um substituto local para a mão-de-obra escrava...criaram em 1886 a Sociedade Promotora de Imigração para estimular o afluxo de imigrantes europeus (sobretudo italianos)" (p. 120).
2. Sobre o tema da migração internacional ver também LEVI, 1974.
3. Considera-se que o trabalho de MARTINE (1990) tem, ao mesmo tempo, a virtude de resumir, periodizar de maneira muito didática o que de mais importante ocorreu no país em termos migratórios até a década de 70.
4. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, foi oficialmente constituída em 1965, muito embora sua formação fique caracterizada já nos anos 50.
5. No caso específico do Estado de São Paulo, por exemplo, esse fato pode ser comprovado tanto do ponto de vista das trocas migratórias que a Região Metropolitana de São Paulo estabelece com as regiões vizinhas (CUNHA, 1987), como no que se refere à efetiva "interiorização do desenvolvimento" que há tempos vem se observando (CANO et alii, 1992).
6. Na verdade, para o Estado de São Paulo pôde-se encontrar estimativas de saldos migratórios do período 80/91. Assim de ganhos populacionais, na década de 70, da ordem de 3 milhões de indivíduos, este Estado passou, nos anos 80, a apenas 586 mil (FUNDAÇÃO SEADE, 1992), o que implicou na diminuição da taxa de migração líquida de 1,5% para menos de 0,2% ao ano.
7. Essa afirmação considera que o Brasil seria um país fechado, ou seja, que não possuiria imigração ou emigração estrangeira relevante o que, no atual momento já está sendo contestado.
8. Para que se tenha uma idéia, nos municípios do Estado de São Paulo, em 1980, foram registrados 2,83 milhões de pessoas não-naturais provenientes de outros estados da federação, das quais 1,2 milhões (42%) eram provenientes do Nordeste, 667 mil do Paraná (23%) e 554 mil de Minas Gerais (19%).
9. A esse respeito, considerar o texto de MARTINE (1994) onde são sistematizados vários outros condicionantes.
10. Como exemplo de um estudo que discute tais questões enquanto condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos veja-se CUNHA (1994).
11. De modo a simplificar o raciocínio, o termo periferia é utilizado aqui para representar todos os municípios da Região Metropolitana excetuando a capital do respectivo Estado. No entanto, deve-se reconhecer que essa alternativa não é muito adequada dada a heterogeneidade, em geral, existente nas regiões, fato que se pôde mostrar, por exemplo, em estudo para o Estado de São Paulo (CUNHA, 1994).
12. Apenas à guisa de informação, mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a questão da mobilidade pendular (commuting) é um fenômeno característico do processo de metropolização, muito embora assumindo características próprias e bem distintas daquelas observadas para o Brasil. Para maiores detalhes sobre estas especificidades ver, por exemplo, os trabalhos de Castells (1974) ou de Gottdiener (1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Espaço e tempo em Campinas. Migrantes e expansão do pólo industrial paulista. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 5, 1973.
- BÓGUS, L.M.M., MONTALI, L., BAENINGER, R. Processos migratórios no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. VII Encontro Nacional da ABEP. ANAIS..., São Paulo, 1990.
- BUARQUE de HOLANDA, S. Raízes do Brasil. Editora José Olympio, 21ª ed., 1989.
- CAMARGO, J.F. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. FFCL, USP, SP, 1982.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial no Brasil. T.A. Queiroz Editores, São Paulo, 1983.
- CASTELLS, M. La Cuestión Urbana. Madrid, Siglo Veintiuno, 1974.
- CUNHA, J.M.P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. Conjuntura Demográfica, São Paulo, nº 22, 1993.
- _____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP, 1994.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRO. Pesquisa de Origem e Destino, 1987. Região Metropolitana de São Paulo. Síntese das Informações. São Paulo, 1989.
- FUGUITT, G.V. The nonmetropolitan population turnaround. Ann. Rev. Social. v. 11, p. 259-280, 1985.
- FUNDAÇÃO IBGE. Fluxos migratórios intrametropolitanos, Brasil - 1970/80. Textos para discussão, nº 45, Rio de Janeiro, 1991.
- GOTTDIENER, M. The social production of urban space. Austin: University of Texas Press, 1985.
- GRAHAM, D.H., HOLANDA, S.B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (coord). Migrações Internas. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.
- HOGAN, D.J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, D.J. e VIEIRA, P.F.: Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Texto para Discussão, nº 329, Brasília, 1994.
- _____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: História e População: estudos sobre a América Latina. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.
- MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA (coord) Migração Interna. Fortaleza: Minter/Banco do Nordeste do Brasil, v.?, 1980.
- MATOS, R.E.S. A Desconcentração Populacional em Minas Gerais e as Mudanças na Região-Core. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 9, 1994, Caxambu, MG. Anais...São Paulo: ABEP, v.?, 1994.
- MERRICK, T., GRAHAM, D.H. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- RIGOTTI, J.I.R. e RODRIGUES, R.N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da ABEP, 1994. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais 9, 1994, Caxambu, MG. Anais...São Paulo: ABEP, v.?, 1994.

SÃO OS MIGRANTES TRADICIONAIS?

Cynthia Andersen Sarti*

É sabido que a significativa maioria da população pobre e trabalhadora da cidade de São Paulo é migrante. Suas vidas são o resultado da urbanização e industrialização do País, a partir dos anos 50, e da intensa migração que fez parte deste processo, sobretudo nos

anos 60 e 70. Era o “sonho feliz de cidade”, a promessa de dias melhores que alimentou o árduo deslocamento para o sul, em busca do Brasil moderno, cuja síntese perfeita estava em metrópoles como São Paulo. Sonho que forjou as periferias pobres das cidades, obrigando sua popula-

ção a “chamar depressa de realidade”, nas palavras de Caetano Veloso, o que se mostrou “o avesso do avesso” de seu sonho.¹

Melhorar de vida

A expectativa de *melhorar de vida* está intrinsecamente relacionada à condição de migrante, sendo o que motiva subjetivamente a inevitabilidade da migração. Ainda que se saiba que as possibilidades de *melhorar de vida* esbarram nos limites de sua condição de *pobres*, é importante considerar a autopercepção dos migrantes de uma melhoria relativa de suas vidas na cidade. Em termos de suas histórias familiares, os moradores da periferia falam da percepção de uma imobilidade social em relação à geração que os precedeu, no sentido de que tiveram acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, sobretudo no que se refere às oportunidades de trabalho, de consumo e de educação para seus filhos encontradas na cidade.

Além disso, houve nos últimos anos em São Paulo uma melhoria nas condições de infra-estrutura urbana e de bens de consumo coletivo, graças, entre outros fatores, à experiência democrática dos anos 80 que significou um aumento do poder de pressão das populações pobres através dos movimentos de bairro. A população das periferias urbanas que migrou há duas ou três décadas conta hoje com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de suas casas e ruas. As possibilidades de consumo individual também ampliaram-se pela própria expansão da sociedade de consumo que, num mecanismo de “participação excludente”, reserva uma

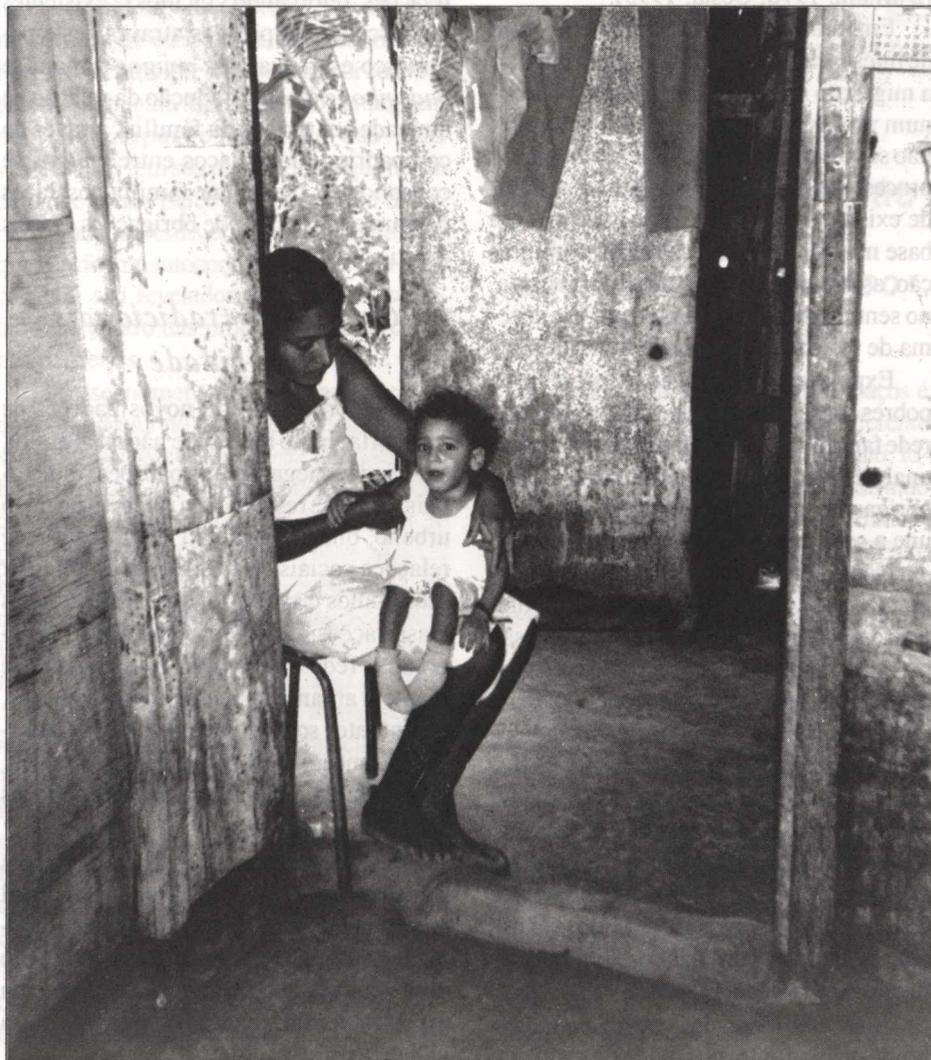


Foto: Sidney da Silva

fátia de seu mercado à população de baixa renda e esses novos padrões de consumo são vividos pela população pobre, especialmente a de origem rural, também *como melhoria de vida* (Durham, 1988).

Essas mudanças confirmam a idéia, expressa por seus moradores, da transformação da periferia como um processo constante, tanto no espaço físico que se expande, como na perspectiva de seus habitantes de melhorar progressivamente sua vida - de *progredir* -, continuando este projeto familiar que se iniciou desde o momento em que eles, seus pais ou seus avós, resolveram migrar.²

Ao contrário dos grupos étnicos que, ao chegarem no novo lugar de moradia, se estruturam em torno de uma identidade comum, construída com elementos culturais que já traziam em sua bagagem, os migrantes que vivem nas periferias urbanas são um grupo social com fronteiras imprecisas. Para os migrantes, que vieram de pontos diferentes do País, comportando muita heterogeneidade, essa identidade cria-se na *periferia*, lugar dos pobres na cidade, que se torna uma referência básica comum. Quando seus problemas de adaptação na cidade já estão relativamente assentados, os migrantes enfrentam o problema de serem *pobres* e o sentido de sua origem, embora marque sua existência, passa a ser reelaborado, diante do fato de que o que conta agora é o que a cidade lhes oferece.

Se acentuei o impacto das mudanças e melhorias de vida - sempre relativas -, dos moradores das periferias urbanas é porque me parece importante para sua definição de pobres no mundo urbano, sobretudo para os migrantes de origem rural. Esta definição envolve uma ambiguidade essencial: vivem num dos pólos mais modernos e desenvolvidos do País e nele trabalham, sendo, portanto, cotidianamente defrontados com as possibilidades deste mundo, sem que, entretanto, a elas tenham acesso, precisamente por serem *pobres*. Nesta ambiguidade, neste querer e não poder, os migrantes - agora os pobres da cidade - estruturam sua identidade social e reconstróem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá. Logo percebem que o acesso

ao Brasil moderno não é para todos, mas tem a marca de uma condição social da qual são excluídos.

A mediação da família

O processo de migração, embora tenha determinações muito mais amplas enquanto forma de integração dos trabalhadores rurais no sistema urbano-industrial, foi viabilizado pela existência e atuação de uma rede familiar. Foi a mobilização de recursos provenientes de relações primárias do migrante - particularmente o grupo doméstico e a rede familiar - o que permitiu seu deslocamento. Chegam a São Paulo seguindo as trilhas de algum parente, que os recebe na cidade e os ajuda a arrumar trabalho, como parte do compromisso moral entre os familiares, sendo através da rede de parentesco que o migrante conhece, interpreta e traduz o mundo urbano (Durham, 1978; Costa, 1993).

Embora o trabalho seja o instrumento de integração do migrante ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres - num processo que escapa a seu controle - não se viabiliza, nem se sustenta enquanto processo social, sem a rede de sociabilidade existente em seu local de origem, com base na família e na localidade. A migração, assim, constitui um processo privado, no sentido de ser assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares.

Expulsos de seu lugar de origem, os pobres conseguem se deslocar graças a esta rede familiar, baseada num padrão tradicional de relações, onde o que conta são as obrigações morais de reciprocidade que os une a seus parentes e a seus iguais.

Não é, entretanto, apenas seu deslocamento que é mediado pela família. Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos, partidos políticos ou quaisquer instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência de instituições públicas eficazes (Durham, 1978), o processo de adaptação na cidade e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nativos, é estruturalmente mediado pela família.

A sociabilidade dos pobres na cidade funda-se, portanto, no código de lealdades

e obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares. Se os migrantes se valem das redes familiares não apenas para migrar, como também para viver na cidade, é porque esta não lhes oferece outra alternativa. Enredados nos fios que os unem a seus iguais, os migrantes constroem seu modo de vida urbano espelhando-se nas relações familiares, dentro do mesmo padrão tradicional de relações que viviam em seu lugar de origem.

Como a sociabilidade dos pobres se concentra no local de moradia na cidade de São Paulo, há entre os moradores da periferia uma tendência a estreitar os laços com a rede de vizinhança, também nos moldes tradicionais de seus locais de origem, às vezes até em detrimentos dos parentes de *sangue*, exceto se estes também se concentrarem na localidade, compartilhando a vida cotidiana. O compadrio tem o sentido de legitimar esta rede de relações, reforçando vínculos já existentes ou buscando ampliá-los através deste parentesco espiritual. Os *amigos* tornam-se *padrinhos* e é nesta tradução da relação de amizade em termos da família, através do compadrio, que os laços entre *amigos* se consolidam. Como na família, os laços passam a ter caráter de obrigações morais (Sarti, 1994).

Os valores tradicionais na cidade

A incorporação de novos padrões de comportamento na cidade não está, assim, associada à negação dos padrões tradicionais, pela sua ressonância também no meio urbano, onde continuam a ser suporte de relações sociais. Na tentativa de realizar seus planos e satisfazer suas necessidades e aspirações, os pobres continuam recorrendo à rede de relações pessoais que se mantém atuante no meio urbano. Não são, no entanto, sobrevivências do mundo rural, herança que trazem em sua bagagem, mas parte estruturante das relações sociais também na cidade.

Não se trata de pensar que os migrantes são portadores de uma cultura tradicional que se mantém na cidade por um componente de inércia ou conservadorismo, como uma danação cultural, mas o problema está em ser este o padrão de relações que a cidade lhes oferece.

O tradicionalismo está, portanto, não no migrante, mas nos padrões de relações sociais no meio urbano com os quais se defrontam como pobres. A urbanização na sociedade brasileira não significou uma ruptura das relações hierárquicas do mundo rural, personalista e patriarcal, mas continuou fazendo valer, também nos supostos espaços "modernos" da cidade e do trabalho capitalista, os valores tradicionais, que ainda moldam comportamentos.

Ser pobre no mundo moderno

Os migrantes na cidade vivem muito próximos aos benefícios do mundo urbano/capitalista, aos quais, entretanto, não têm acesso. Pela sua própria presença neste espaço, entretanto, estão expostos às aspirações e aos anseios que o meio urbano cria, ainda que sejam insatisfeitos e frustrados. Têm o *querer* e a *ambição* descritos por uma mulher, ao falar de sua chegada a São Paulo, vinda da roça:

"A gente chegou aqui e era tudo diferente. Televisão é uma coisa que aqui todo mundo quer ter; você vai na casa de um, ele vê que o outro tem... e ele também quer ter. Lá o pessoal é acomodado naquilo... de viver sempre naquilo... nunca faz força de ir mais para lá. As pessoas são simples, simples de tudo. Não têm esse querer... essa ambição..."

São a periferia, mas de São Paulo, o pólo moderno da economia brasileira, e sua identidade comporta esta complexidade. Estar na capital de São Paulo, a aspiração do migrante, não os retira da condição de *pobres*, mas faz deles os "pobres da cidade". Mas o que é "ser pobre", para quem assim se designa e assim é designado?

Ser pobre, para além da evidência de ser destituído de riqueza, poder e prestígio, é uma condição social que se define pela adesão a um código moral distinto daquele que norteia a lógica do mercado, dominante na sociedade capitalista, criando outras referências positivas para quem é visto como destituído, pelo prisma da sociedade mais ampla.

Através dos valores do trabalho e da família, cria-se como fronteira do mundo dos *pobres* e *trabalhadores* a adesão a um código de obrigações morais que delimita

seu grupo de referência, *como uma família*, retraduzindo a ordem social por valores não-capitalistas e afirmando, assim, uma outra ordem moral, na qual sua existência faça sentido.

Como a família se delimita por obrigações morais que unem seus membros, a identidade dos pobres se estabelece pela adesão a um código tradicional de reciprocidade permeado por obrigações morais. Quebrá-lo significa romper com o grupo de origem, deixando de "ser pobre". Isto, entretanto, não ocorre fatalmente quando se adquire recursos materiais ou se supera os limites das "linhas de pobreza" - definidas nos gráficos dos indicadores sociais -, uma vez que um indivíduo ou uma família podem elevar seus rendimentos e manter sua identidade de *pobres*, o que significa conservar os laços de obrigações recíprocas com seus iguais.

Como a pobreza no mundo moderno é definida essencialmente por um critério político e econômico - os pobres são os carentes da riqueza material e de poder -, é no plano moral que se estabelece a igualdade e onde os pobres podem mesmo ser "superiores". Através de suas virtudes morais, tornam-se *ricos*, e os ricos - pelo critério econômico e político - podem ser privados de riqueza moral, portanto, de virtude, concepção que se relaciona com a profunda religiosidade popular.³

O projeto de *melhorar de vida*, que motiva sua existência, é um projeto formulado dentro dos limites deste código de obrigações recíprocas, que os mantém "iguais" em relação a seu grupo de referência, distinguindo-se do projeto de *subir na vida*, que representa a ruptura com seu grupo de origem. O projeto de *melhorar de vida* e o projeto de *subir na vida* distinguem-se como um divisor de águas, *subir na vida* significa aderir a novos valores rompendo com as obrigações de reciprocidade, que fundamentam sua pertinência a seu grupo social de origem.

Romper com as regras de reciprocidade, na perspectiva de ascender socialmente, significa, portanto, excluir-se do mundo dos pobres. É quando se *enrica*, ainda que isto possa acontecer de modo conflitivo, diante das antigas lealdades. *Enricar* é uma aspiração legítima que faz parte de seu universo simbólico. O que se torna ilegítimo é *enricar sem ajudar os outros*,

uma vez que a riqueza sem generosidade é condenada moralmente, envolvendo a perda da *confiança*, pressuposto básico das regras morais de reciprocidade.

Neste terreno de ambiguidade - que é próprio de uma sociedade que promete e não cumpre, oferece e não permite ter, exhibe e não deixa tocar -, os pobres constroem seus valores buscando explicações que façam suas vidas terem sentido. A inacessibilidade ao que lhe está tão próximo reforça a afirmação de outros valores tradicionais -, em contraposição aos que lhe são inatingíveis. Estes passam a não ser formulados expressamente como desejáveis, ainda que não deixem necessariamente de sê-lo - nisto está a ambiguidade. Assim, reafirmam um mundo próprio por eles valorizado, no qual se reconhecem e são reconhecidos.

* Cynthia Andersen Sarti é Doutora em Antropologia Social pela USP, Professora em Saúde Pública no Dep. de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina).

NOTAS

1. Os argumentos aqui discutidos são o resultado de uma pesquisa feita num bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo. Foram desenvolvidos e analisados em minha Tese de Doutorado (Sarti, 1994).
2. Esta idéia de *progresso*, no entanto, é sempre relativa, o que significa que, no processo de expansão da cidade e na percepção que seus habitantes têm do lugar que ocupam nesta estrutura social, o *pior lugar da cidade* vai sendo constantemente deslocado para novas fronteiras, num mecanismo circular e reiterativo das diferenciações sociais.
3. Através desta moralidade, os pobres atualizam os critérios relativos que definem a pobreza na sociedade medieval, que tem conotações negativas e positivas (Mollat, 1989). A pobreza sempre foi signo de carência de várias ordens, mas era também signo de virtude, como no caso do renunciante que se priva das coisas deste mundo em nome de algum valor moral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Maria Cristina S., *Vidas em Trânsito: trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1993.
- DURHAM, Eunice R., *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1978 (2ª edição).
- -----, A Sociedade Vista da Periferia. In: KOWARICK, L. (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade - São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNRISD/CEDEC, 1988. p. 169-204.
- MOLLAT, Michel, *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- SARTI, Cynthia A., *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1994.

UMA FACE DESCONHECIDA DA METRÓPOLE: OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Sidney Antonio da Silva*

A capital paulista é conhecida em geral como uma cidade de migrantes, onde vários grupos étnicos se fazem presentes. Entre eles destacamos os imigrantes europeus, a partir da segunda metade do século XIX, os asiáticos e, finalmente, os latino-americanos e africanos.

Os motivos que os atraí a esta metrópole são os mais variados possíveis e seria o tanto quanto difícil enumerá-los sem cair no risco de empobrecer a rica experiência que a migração representa para cada indivíduo ou grupo social. Em geral o sonho que acalenta a todos é o de "vencer na vida", desafiando a si mesmos como também estruturas sociais que os impede de conquistar a tão sonhada independência. Mais recentemente, a metrópole passa a ser o lugar privilegiado onde é possível se viver uma variada gama de identidades, desenvolver capacidades profissionais, consumir uma variedade de produtos de alta tecnologia, estabelecendo relações dentro do amplo espectro do pluralismo étnico-cultural e religioso.

No entanto, a metrópole também apresenta o seu lado ambíguo, uma vez que, se por um lado, ela permite a realização de inúmeras possibilidades humanas, por outro, ela engendra um processo de desenvolvimento denominado por Marshall Berman(1994) de "faustico", semelhante a um trator incontrolável que passa por cima de tudo, destruindo memórias, identidades e segregando econômica, social e culturalmente grupos inteiros. Neste artigo, a partir dos dados etnográficos coletados

na cidade de São Paulo¹, propomo-nos a penetrar o nosso olhar para além do aparente brilho que caracteriza a metrópole paulista, na tentativa de apreendermos o vivido por um grupo de imigrantes, os quais, por um lado, não são reconhecidos socialmente, em razão dos vários estigmas que lhes são atribuídos pela sociedade local, e por outro, não existem enquanto cidadãos, porque são indocumentados ou clandestinos. Trata-se dos imigrantes bolivianos, mais especificamente dos bolivianos indocumentados que trabalham no ramo da costura. A partir da experiência de clandestinidade, estes imigrantes constroem estratégias de sobrevivência, e ao mesmo tempo, organizam-se socialmente, recriando os seus valores culturais em vista da construção de uma nova imagem social de si mesmos.

O Início do Processo Emigratório

A presença boliviana em São Paulo remonta ao início dos anos 50, quando vários trabalhadores qualificados ou não, aqui vieram em busca de melhores oportunidades de trabalho que seu país não podia lhes dar, em razão da conjuntura sócio-político-econômica instaurada no país em 1952 pelo MNR(Movimiento Nacionalista Revolucionário). Assim sendo, temos o caso de Rubem, natural de La Paz, o qual emigrou para o Brasil atraído pelo desejo de viver no Rio de Janeiro, uma vez que tinha vários amigos residindo por lá. Po-

rém, como trouxe poucos recursos, veio a São Paulo em busca de trabalho. Relatamos ele o início de sua experiência migratória:

"Ahí yo llegué en una pensión aquí en la Rua San Caetano y dije a un señor se me podía conseguir algun trabajo, cualquier cosa que yo trabajaria. Ahí me dijo: 'No, yo no lo conosco'. Mas yo precisaba, porque mi dinero era corto para quedar en el Brasil. Ahí, yo salí un dia sin conocer las calles. Habia bondes en São Paulo, y pegué un bonde y mi llevó a un lugar diferente y mi perdi. Salí otro dia y no conseguí nada. Un dia lei una placa que decia: 'precisa-se de copa', y yo no sabia que era copa. Entonces pregunté, y me dijo que copa era quién atiende en el balcón. Entonces me preguntó: 'Usted sabe trabajar'? Le dije: sé. Nunca habia trabajado de copa, pero dije que sabia. Y ahí comencé a trabajar en la Rua da Graça (Bom Retiro) en un bar, con un señor israelita. Trabajé unos ochos meses con él".

Ao contrário de Rubem, há aqueles que vieram a São Paulo já formados ou para estudar em alguma universidade do País, como é o caso de Juan, um cochabambino que veio estudar engenharia e acabou ficando por aqui. Conta-nos ele que no início dos anos 60 já havia na cidade 70 médicos bolivianos trabalhando, muitos deles sem o CRM (registro no Conselho Regional de Medicina). Vale dizer que ainda hoje vários médicos enfrentam o mesmo problema, pois a obtenção do re-

gistro pode demorar até sete anos.

No entanto, a partir dos anos 80, com a crise do setor mineiro na Bolívia, com a concentração da terra no campo e o crescente processo inflacionário, o fluxo de bolivianos para o Brasil começou a aumentar, configurando hoje o maior grupo de latino-americanos na cidade de São Paulo, em torno de 100 mil bolivianos (VOZ, S. Paulo, N.07, Sep. 1992:05). O perfil dos que emigram também mudou, predomi-

Foto: Sidney da Silva



nando os migrantes laborais, os que emigram em busca de trabalho e acabam preenchendo as necessidades de mão-de-obra barata nas pequenas confecções de São Paulo. A faixa etária dos mesmos situa-se entre os 15 e 35 anos de idade, sendo que a maioria é do sexo masculino e o nível de formação é em geral médio-baixo. A origem da maioria é do altiplano, com predominância dos pacenhos, seguidos pelos orurenhos e potosinos; em seguida temos

os cochabambinos (dos Vales) e em menor número os de Santa Cruz de La Sierra. Vale ressaltar que muitos deles já haviam migrado dentro do próprio país para a área urbana e depois para o exterior. Outros, no entanto, vieram diretamente da zona rural, tornando sua adaptação em São Paulo ainda mais complexa.

Aqui em São Paulo, estes imigrantes concentram-se nos bairros centrais da cidade, como é o caso do Bom Retiro, Brás, Pari, Luz, Liberdade, etc., onde em geral estão localizadas as pequenas confecções pertencentes na maioria das vezes a coreanos, judeus, brasileiros e mesmo de próprios bolivianos. Vale ressaltar que estes bairros centrais eram em grande parte habitados por italianos, espanhóis, judeus, os quais passaram a ocupar outras áreas da cidade, na medida em que conquistaram a mobilidade social. No entanto, constatamos também a presença de bolivianos em vários bairros da periferia da cidade, uma vez que o preço da aluguel passou a expulsá-los da Zona Central. As condições de vida dos que trabalham nas confecções, em geral são precárias, uma vez que vivem em espaços reduzidos e com pouca ou nenhuma ventilação, ocupados pelas máquinas e pelos beliches onde dormem. Em razão da pouca ventilação e do pó que sai dos tecidos, corroborado pela pobre alimentação, é comum constatar casos de tuberculose, como também doenças nos rins, nos olhos, na coluna, sem contar os acidentes de trabalho, cujos ferimentos são tratados em casa com remédios caseiros, deixando por vezes sérias sequelas.

Enfrentando os desafios e criando estratégias de sobrevivência

Frente aos desafios que a sobrevivência coloca ao imigrante boliviano na metrópole, este é estimulado a desenvolver algumas estratégias, em função da solução dos vários problemas enfrentados, como as relações de trabalho, a adaptação ao novo contexto sócio-cultural, o problema da documentação, etc. O primeiro desafio que os

imigrantes por nós pesquisados enfrentam, é o de aprenderem o ofício de costureiro, que implica não somente em adquirir a habilidade da costura, mas sobretudo em aceitar as regras do jogo, as quais não são as mesmas do contrato trabalhista. A lei que rege a relação entre empregadores e trabalhadores dentro do mesmo grupo é a da fidelidade étnica, a qual quando é rompida pelo trabalhador o seu empregador passa a exigir do mesmo todos os gastos que este teve para trazê-lo a São Paulo e em alguns casos, o intimida com ameaças. Nos casos em que a vinda do trabalhador é financiada, este assume uma dívida real e ao mesmo tempo moral com o seu empregador, em geral um compatriota, o qual passará a exigir do mesmo fidelidade, pelo menos por um ano. Além de financiar a viagem, o empregador fornece também casa e alimentação, criando assim, como afirma Bourdieu, uma íntima relação entre a dádiva paternalista e as obrigações criadas pelo endividamento simbólico. Neste sentido, segundo o mesmo autor, “a dádiva que não é restituída pode se tornar uma dívida, uma obrigação durável, e o único poder reconhecido-consubstanciado” (BOURDIEU, P. 1980:216). Cria-se, dessa forma, um forte controle sobre esta mão-de-obra, a qual se utiliza da estratégia da rotatividade no emprego para tentar romper este esquema de relações trabalhistas profundamente perverso.

Para os donos das confecções, uma das estratégias utilizadas é manter um mínimo possível de relações com os compatriotas, como também procuram limitar o contato dos seus empregados com outros costureiros, uma vez que segundo os mesmos há muito *miramiento* ou seja inveja, o que faz com que a competição entre os mesmos seja acirrada, chegando ao extremo de um compatriota denunciar o outro, sobretudo se este lhe “roubou” o empregado que lhe “pertencia”. Por outro lado, o isolamento pode ser também uma estratégia de mobilidade social, uma vez que procura se distanciar de alguns estigmas de origem que lhe são atribuídos, os quais podem dificultar os seus projetos de ascensão social.

O segundo grande desafio é o problema da adaptação ao contexto da metrópole.

Considerando que o primeiro trabalho, em geral, se dá com um compatriota ou familiar, os impactos da chegada podem ser minorados, pelo fato de estar dentro de um enclave étnico, onde se fala a mesma língua e se partilha os mesmos costumes. Porém, na medida em que se vão criando novas relações com outros compatriotas ou com a sociedade local, novas redes de relações sociais são construídas e instrumentalizadas pelos mesmos, em função da resolução dos seus problemas. E nesta relação com o novo contexto sócio-cultural, estes acabam incorporando outros valores culturais, como a maneira de vestir, uma vez que manter o mesmo estilo do país de origem contribuiria para acentuar ainda mais o estigma étnico, por serem identificados como índios. Neste sentido, o imigrante sofre um processo de “desnudamento” cultural, uma vez que é orientado a assumir uma outra forma de trajar, mais adequada aos padrões da metrópole. Assim sendo, os homens são aconselhados a trocar as roupas escuras usadas no altiplano por roupas mais leves e de tonalidades mais claras, como o usual blue jeans, malhas e o tênis. Da mesma forma, são orientados a adquirir o hábito da poupança, não gastando com vícios, como também a preocupar-se mais com o aseo pessoal. Por seu turno, as mulheres procuram escamotear a sua maneira própria de vestir, como é o caso das *cholitas*², as quais usavam a *pollera*³, que é um tipo de saia com várias pregas, chegando até os joelhos em Cochabamba e abaixo destes em La Paz, por uma simples saia, em geral cobrindo os joelhos. Se a *pollera* é substituída por uma saia ou vestido, os cabelos longos por sua vez são mantidos, e em alguns casos também o costume de se fazer duas tranças. Além das mudanças na indumentária, a inclusão de novos hábitos alimentares constitui também um dos elementos deste processo de mudança cultural, visto que não estavam acostumados a comer, por exemplo o feijão, cuja ausência desta proteína na alimentação dos mesmos produz casos de debilitamento físico. Na verdade, tal processo de “desnudamento” constatado também por José S. Leite Lopes, na tecelagem Paulista (Pernambuco) é um processo mais amplo, uma vez que implica na “separação dos grupos de trabalhado-

res aliciados vis a vis de seus bens, de suas coisas, de sua concepção de tempo, de suas condições usuais de produção e de reprodução social(...)”. (LOPES, J.S.L., 1988:45)

O terceiro desafio diz referência à obtenção da documentação, este mais difícil de ser resolvido, porque a Lei dos Estrangeiros ainda vigente no País, aprovada no período militar, só concede a permanência àquele que ingressa com um contrato de trabalho, ou que esteja casado com um cônjuge brasileiro ou ainda que tenha um filho brasileiro no país. Neste sentido, constatamos vários casos em que casais optaram por esta última solução, inclusive tendo aguardado para ingressar no Brasil alguns meses antes do nascimento do próximo filho. O casamento por conveniência também é uma estratégia utilizada, bem como a prática de adquirir uma nova Certidão de Nascimento no País. Outra forma não legal é a da compra do documento, pagando altas somas pelo mesmo. Para os que podem regularizar a sua situação, o grande problema enfrentado são as pesadas multas, incidentes sobre o tempo de permanência em situação irregular, as quais são corrigidas de acordo com a UFIR (Unidade Fiscal de Referência), chegando a valores de até 500 reais ou mais por pessoa. Trantando-se de uma família com quatro pessoas, os gastos são bastante elevados para as possibilidades econômicas da maioria. Em decorrência da situação jurídica em que vive grande parte dos latino-americanos em São Paulo, advêm outros empecilhos a que o imigrante é obrigado a enfrentar no seu dia-a-dia: dificuldade para alugar um imóvel, uma vez que ninguém se dispõe a ser o seu fiador; impossibilidade de abrir uma conta bancária; impossibilidade de reclamar o cumprimento dos mínimos direitos trabalhistas, fatos que tornam o imigrante vulnerável a toda e qualquer arbitrariedade.

A partir destas condições peculiares enfrentadas pelos bolivianos e outros latino-americanos em São Paulo, estes começam a construir os seus próprios espaços, onde seja possível “sentir-se em casa” e, ao mesmo tempo, reconstruir os seus valores culturais, a partir de uma nova concepção de tempo e espaços vividos na metrópole.

Criando novos espaços e recriando simbolicamente "cantitos" da Terra Natal

O ritmo de vida vivido pelos bolivianos que trabalham no ramo da costura, acaba contribuindo para a criação de uma nova concepção de tempo, uma vez que na metrópole o tempo é o tempo da produção, e também de uma nova forma de percepção do espaço, isso porque as dimensões da cidade e a falta de oportunidades para o lazer obriga-os a criarem os seus próprios espaços, os quais passam a ser frequentados quase que exclusivamente pelo grupo.

Entre os espaços criados por eles, constata-se uma variada rede de bares, restaurantes, campos de futebol na Região Central da cidade, como também verifica-se a apropriação de outros como é o caso da Praça Padre Bento, mais conhecida como Praça do Pari. Desta forma, estes vários espaços, que na verdade não são apenas espaços de lazer ou de degustação de pratos típicos, mas também espaços de intensa sociabilidade, onde são estabelecidas uma variada gama de relações, sejam elas de amizade, de parentesco, de troca de informações sobre novos empregos, ou sobre a situação do país de origem, ou até mesmo de caráter amoroso, configura-se no que José G. Magnani(1992), denomina de "pedaço".

Neste sentido, a Praça do Pari é um exemplo típico de um espaço múltiplo na cidade, o qual se configura em um "pedaço" boliviano somente aos domingos à noite, quando eles começam a chegar silenciosamente e aos poucos vão tomando conta do mesmo. No entanto, na própria praça há espaços bem demarcados, uma vez que a parte central e o lado leste da mesma são ocupados pelos bolivianos e outros latino-americanos, enquanto o lado oeste é ocupado pelos brasileiros e outros imigrantes, árabes e judeus. Esta praça tornou-se conhecida como o mais importante mercado de mão-de-obra clandestina a céu aberto da cidade, após várias reportagens da imprensa local. Além de ser um espaço de contratação de mão-de obra, de

troca de informações entre os imigrantes, a praça é também um espaço onde alguns elementos culturais tornam-se visíveis, como a venda de comida típica, como por exemplo, a *salteña*, o pão típico, o sanduíche de chola (com carne suína), a venda de artesanato, como também tem sido algumas vezes o palco de manifestações religiosas.

Outro espaço muito frequentado é o dos campos de futebol, nos bairros do Bom Retiro, Pari, Casa verde etc., para onde, em sua maioria os homens, acodem em busca de um momento de lazer. Porém, estes espaços não são exclusivamente masculinos, uma vez que as esposas, filhos, amigas e amigos, acabam também se apropriando dos mesmos. Neles, além da venda de comidas típicas e roupas, os imigrantes bolivianos comemoram datas importantes, como o Dia das Mães, no dia 27 de maio e o Dia da Pátria, 06 de agosto, realizando compeonatos, com a participação de várias equipes, inclusive de outros países. Alguns destes espaços são coordenados pela Associação de Residentes Bolivianos (ADRB), a mais antiga na cidade, fundada em 1969, a qual congrega profissionais liberais, comerciantes, donos de confecções e costureiros. Além desta, existem ainda duas outras associações, o Círculo Boliviano, que congrega os profissionais liberais e empresários e o Centro de Residentes Cruzeños (CERECRU), que congrega os profissionais de Santa Cruz. Cite-se ainda, que um grupo de profissionais criou, em 1992, uma fundação com o objetivo de conceder bolsas de estudos a pessoas carentes da comunidade. No entanto, por falta de recursos tal intento não foi alcançado. Esta diversidade de associações revela, na verdade, a heterogeneidade existente entre os bolivianos, cujas diferenças sociais e culturais são remarcadas e visíveis nas festas organizadas por eles, nos espaços frequentados e até mesmo na forma de se auto-identificarem, uma vez que os do altiplano são denominados de *collas* e os do oriente de *cambas*⁴.

Quanto aos espaços onde é possível agrandar o paladar com os pratos típicos da Terra Natal, temos uma variada rede de bares e restaurantes, os quais se concentram sobretudo na Região Central da cidade, como nos bairros da Luz, Campos

Eliseos, Bom Retiro, etc. Todos estes espaços são frequentados majoritariamente por bolivianos, os quais demonstram um certo desconforto quando há a presença de outras pessoas, sobretudo de peruanos, uma vez que estes são tidos como elementos provocadores de desordem. Além de se degustar algo típico do país de origem, ouvir músicas bolivianas ou dançar algum baile típico, estes lugares procuram recriar simbolicamente "pedaços" do país de origem, através do próprio nome, como é o caso do restaurante "Rincón Llajta", cujo nome em língua quechua quer dizer "um pedaço da cidade". Desta forma, como enfatiza a sua proprietária, uma cochabambina, este local quer ser um pedacinho da Terra Natal em São Paulo. Relata-nos ela:

"Este ambiente con musica, pequeñas cositas, ni de lujo ni nada. Mas cada cuadro que tengo trae un cantito de nuestra tierra, no! Entonces quien sea que venga se sienta que está en Bolivia, en un cantito de Bolivia. Por eso, se llama Rincón Llajta".

Outro espaço frequentado não só por bolivianos, mas também por vários grupos de latino-americanos que vivem na cidade, é o Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra. da Paz, cuja sede se localiza à Rua Glicério, no centro da cidade. Este espaço, aberto a todos os latino-americanos a partir do final dos anos 70, foi uma iniciativa dos missionários Scalabrinianos, cuja finalidade na época era acolher os refugiados políticos do Cone Sul. Com o final dos regimes autoritários o perfil dos imigrantes mudou e a Pastoral do Migrante procurou ampliar o âmbito de sua ação, propiciando aos mesmos um espaço para a recriação de seus valores culturais e religiosos, além de oferecer um plantão permanente para atendimento pessoal e assessoria jurídica.

O desafio que hoje se apresenta à Pastoral do Migrante é o de ser um espaço aberto ao diálogo intercultural, o que nem sempre é possível, uma vez que os regionalismos e questões históricas ainda não resolvidas, acabam dificultando tal diálogo, como também o de ser uma mediação entre o imigrante e a sociedade local, uma vez que este por sua situação peculiar não tem acesso a algumas instituições, sobretudo as de caráter jurídico.

Há ainda outros lugares onde é possível entrar em contato com elementos da cultura boliviana, como o Memorial da América Latina, a Praça da República, no centro da cidade, Festa das Nações, aniversários de cidades, etc., cujos elementos culturais são expressos pelos grupos folclóricos existentes na cidade, como o "Raza Índia", o "Kantuta", etc.

Recriando valores e identidades

A conquista de espaços próprios pelos imigrantes significa também a possibilidade de se recriar valores culturais em um novo contexto, muitas vezes adverso, os quais passam a dar sentido à vida dos mesmos e a caracterizá-los enquanto grupo social, em busca de uma nova imagem de si mesmos.

Neste sentido, além de ter que lutar pela sua sobrevivência, o imigrante boliviano pode se deparar muitas vezes com vários estigmas, ou atributos extremamente negativos, como os denomina Goffman (1975), que lhe são imputados pela sociedade local, tornando ainda mais desafiadora a sua luta pela vida na metrópole paulista. Entre estes estigmas destacamos o da droga, que os persegue por toda parte, sobretudo os mais pobres, uma vez que para a polícia todo boliviano é um suposto traficante, até que prove o contrário. Tal imagem depreciativa aparece de diferentes formas, através dos meios de comunicação social, das insinuações do dia a dia, em que se diz: "Você tem a branquinha", ou ainda através das inúmeras batidas realizadas pela polícia nas ruas da cidade e nas rigorosas revistas nos aeroportos do País e no Exterior. Tal estigma, talvez seja reforçado pelo hábito cultural de se mascar a folha da coca, sobretudo entre os camponeses na Bolívia, como também nos rituais de adoração das forças da natureza, como a oferenda à **Pachamama** (a mãe terra, fonte da vida e lugar das relações de reciprocidade), e ao **Tio** (deidade subterrânea dona dos minerais onde atuam as companhias mineradoras de capital estrangeiro e, portanto, lugar das relações capitalistas de produção). Além de ser considerado um suposto traficante, o imigrante boliviano é

também identificado como índio, devido as suas características físicas, como a baixa estatura, a cor da pele escura, os cabelos negros, os olhos levemente fechados, constituindo o que Oracy Nogueira (1985) denomina de "preconceito racial de marca", uma vez que é determinado pelos traços físicos. Desta forma, o estigma de origem étnica acaba se transformando também em estigma racial, devido a cor da pele dos bolivianos oriundos do altiplano. Embora os oriundos do oriente boliviano (Santa Cruz), sejam de pele branca, o que os isentaria do estigma da cor, no entanto, algumas características físicas, como a cor do cabelo e os olhos levemente puxados, acabam revelando a sua origem étnica, herdada do variado mosaico étnico que compõe a sociedade boliviana.

E para tornar ainda mais difícil a vida do imigrante, acrescentam-se os estigmas de ordem social e jurídica. O primeiro é decorrente da forma como o brasileiro o vê, ou seja, como índio e, portanto, pobre e de "pouca cultura". Além disso ele é visto como um bebedor, uma vez que é possível vê-los alcoolizados pelas ruas da cidade. No entanto, tal comportamento deve ser analisado dentro do contexto adverso em que está inserido o imigrante, cujo trabalho como costureiro não é reconhecido socialmente. Quanto ao de ordem jurídica, este é visto pelo Estado brasileiro como um infrator, por estar trabalhando ilegalmente, cujo "delito" é punido com rigor.

O problema é que estas identidades negativas não são explicitadas abertamente, nem pelo imigrante, o qual diz que o brasileiro é "cordial", e que portanto, não discrimina, e nem pela sociedade, a qual se manifesta de forma dissimulada. Situação distinta foi encontrada por Roberto Benencia e Gabriela Karasik (1994) na Argentina, onde a discriminação é aberta



Foto: Sidney da Silva

ao imigrante boliviano, sendo identificado como **villero**, ou seja, aquele que vive nos bairros pobres da cidade.

A partir desta situação desfavorável, o imigrante boliviano é estimulado a resignificar a sua identidade étnica, e para isto ele se vale de alguns valores culturais, os quais são recriados em um novo contexto, dando assim um novo sentido à sua identidade pessoal e grupal. Desta maneira, a recriação dos **presterios** passa a ser uma forma comum de se resignificar a sua identidade boliviana e manifestá-la à sociedade local. O **presterio** é uma instituição em que cada ano um festeiro assume o compromisso de realizar uma festa, de algum santo do santoral católico, como a Virgem de Copacabana (padroeira nacional), a Virgem de Urkupiña (devoção original de Cochabamba), San Martin de Porres, devoção de origem peruana e muito popular na Bolívia.

Portanto, passar a festa assume uma grande importância dentro da comunidade, isto porque, em primeiro lugar, ser **preste** significa que já se atingiu uma certa condição econômica, uma vez que a reali-

zação da festa implica em muitos gastos. Neste sentido, a festa seria uma forma de se conquistar o tão sonhado reconhecimento social, em geral não alcançado fora do grupo étnico. Por outro lado, a festa possibilita também criar laços de compadrio e reciprocidade, uma vez que o festeiro nomeia vários padrinhos para ajudá-lo na realização da festa, como o padrinho para a orquestra; para a decoração do altar; para os **cargamentos** (adornos dos carros que participam da procissão: tecidos multicoloridos, objetos de prata, quadros de Santos ou de heróis nacionais, flores, bonecas com jóias, etc.); para o manto da Santa, o qual é trocado todos os anos; para os foguetes; para os arcos de flores, etc. É costume também reunir os compadres todas as primeiras sextas-feiras de cada mês, para fazer a novena à Virgem ou Santo e preparar a festa. Em geral estes encontros acontecem à noite na casa do festeiro, o qual oferece um jantar com algum prato típico, regado com muita bebida e música boliviana. A "doação" concedida pelos compadres ao festeiro deverá ser devolvida por este aos vários compadres quando estes realizem a sua festa, recriando assim um valor cultural dos camponeses na Bolívia que é o **ayni**⁵. No entanto, entre os camponeses esta instituição era uma forma de trabalho emprestado em tempos de semeadura ou colheita, enquanto atualmente implica um senso de interesse econômico, uma vez que aquele que recebeu o empréstimo deve devolvê-lo em dobro, em um momento oportuno (NASH, J.1979:111).

Além da condição econômica, outro critério para a escolha do **preste** ou **passante** é o da pertença ao círculo de amigos, uma vez que o atual festeiro é quem indica aquele que o será no futuro, formando assim uma lista de nomes. Às vezes esta lista é quebrada, com a inclusão de outros nomes, fato este gerador de conflitos. A ingerência da Igreja na organização destas festas de caráter eminentemente popular, exigindo por exemplo que o **preste** seja casado, também é motivo de tensão.

Vale ressaltar, no entanto, que estas festas constituem um espaço de intensa sociabilidade e comunhão de valores, como a reciprocidade criada entre eles, o sentido da ausência de limites, expresso na abundância da comida e sobretudo da bebida, a

qual não pode faltar, constituindo assim um momento privilegiado em que as várias identidades regionais se fundem em uma única identidade: a de ser boliviano em São Paulo, com todas as suas implicações. Tal identidade se expressa através dos vários símbolos utilizados na festa como a própria imagem da Santa, a qual é trazida da Bolívia, a bandeira nacional, a música folclórica, cujo ponto culminante da festa é a dança de uma **cueca**⁶ entre os passantes, os vários enfeites e até mesmo uma bebida com as cores nacionais. Todo este contexto simbólico contribui para que uma nova identidade boliviana venha à tona, a qual é manipulada pelos mesmos em vista da criação de uma nova imagem de si mesmos perante a sociedade local.

Portanto, a partir dos dados etnográficos levantados, podemos dizer que as relações estabelecidas no âmbito do trabalho bem como a recriação de elementos da religião popular, fundamentados nas relações de parentesco, de compadrio e de apadrinhamento constituem os pilares sobre os quais o grupo reconstrói identidades, em resposta ao processo de estigmatização sociocultural enfrentado pelo mesmo. Na verdade isso expressa um processo maior de exclusão produzido pela nossa paradoxal modernidade, do qual são excluídos não só os bolivianos, mas também grandes contingentes de migrantes internos e minorias étnicas que vivem na sociedade brasileira.

* **Sidney A. da Silva** é **Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação para a Integração da América Latina da USP e membro da equipe da CEM.**

NOTAS

- 1- Os dados etnográficos aqui utilizados são fruto de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelo autor, em função de uma dissertação, já em fase conclusiva. Vale ressaltar que a pesquisa priorizou os imigrantes indocumentados e clandestinos que trabalham no ramo da costura, cujo mercado de trabalho é marcado por um alto grau de informalidade e exploração.
- 2- Segundo BARRAGÁN, o termo "cholo" no final do séc. XVIII designava os filhos de mestiços e índios, e em geral os mestiços que se encontravam muito próximos da sociedade indígena. Vale ressaltar ainda, que segundo a mesma autora, o termo "cholo" é amplamente rejeitado tanto pelos homens quanto pelas mulheres, uma vez que este termo é utilizado pela classe dominante para identificá-los, assumindo assim uma conotação negativa. Desta forma, as mulheres se auto-identificam como "cholitas" e não "cholas"(Cf.

BARRAGÁN, Rossana. Entre Polleras, Lliqllas y Nañacas. Los Mestizos y La Emergencia de La Tercera Republica. In: *Etnicidad, Economía y Symbolismo en Los Andes*. VV. AA. La Paz, HISBOL/IFEASBH-ASUR, 1992, pp.85-127).

3- A pollera é uma indumentária de origem espanhola, amplamente usada pelas mulheres de La Paz no séc.XVIII, a qual passou por várias modificações ao longo do tempo, sendo hoje usada exclusivamente pelas cholitas. A origem da palavra, pode advir do sentido que se dava à palavra pollera, a qual era uma espécie de cesto de bambu em forma de cone, que se utilizava para guardar os "pollos" (frangos)(Cf. BARRAGÁN, R., Idem, Ibidem).

4- As diferenças culturais e a luta pelo poder entre os bolivianos que vivem no Altiplano e os do Oriente boliviano remontam ao reino dos incas, os quais foram superados pelos moxos e os tupi-guaranis nas proximidades dos Andes Orientais, cujo fato deu origem a uma profunda divisão entre o mundo ocidental e o oriental, como também formas preconceituosas de se auto-identificar.

5- O "ayni" tem como raiz a palavra Aylliy: quechua, verbo infinitivo: ajudar. Segundo Isabel Laumonier, esta é a forma de se chamar a doação que o padrinho do ano em curso recebe da parte do padrinho do ano anterior. O sucesso de algumas cooperativas agrícolas do Sul da Província de Buenos Aires, pode estar relacionado também ao fato de que são formadas por camponeses bolivianos acostumados à esta metodologia (Cf. LAUMONIER, I., "Festividade de Nossa Senhora de Copacabana: Motivo de união dos Bolivianos na Argentina". In: TRAVESSIA, São Paulo, CEM, 1991, N. 11, pp.27-36).

6- A "cueca" é uma das danças mais tradicionais da Bolívia e a sua origem provavelmente estaria na dança espanhola da Jota Aragonesa, em que a cueca teria sido uma adaptação nativa daquela dança, substituindo-se as castanholas pelo lenço. A dança é executada em pares, frente a frente, com o lenço sendo agitado no alto pela mão direita. O homem cerca a mulher de um lado e do outro. Esta, por sua vez, vaidosa se esquivava. O homem corteja a companheira que ao fim se rende ajoelhando aos seus pés. É, portanto, uma dança que representa o namoro.

BIBLIOGRAFIA

- 1- BENENCIA, R.; KARASIK, G., Bolivianos en Buenos Aires: aspectos de su integración laboral y cultural. In: "Estudios Migratorios Latinoamericanos", año 9, N. 27, CEMLA, Buenos Aires, 1994, pp.261-298.
- 2- BERMAN, M. *Tudo o que é Sólido desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, 11a ed.
- 3- BOURDIEU, P. Les Mode de Domination. In: *Le Sens Pratique*. Paris, Ed. Minuit, 1980, pp.209-231.
- 4- GOFFMAN, E. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1975.
- 5- LOPES, J.S.L. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe "na cidade das chaminés"*. São Paulo, Marco Zero/UNB, 1988.
- 6- MAGNANI, J.G.C. Da Periferia ao Centro: Pedacos & Trajetos. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1992, V.35, pp.191-203.
- 7- NASH, June. *We eat the Mines and the Mines eat us. Dependency and exploitation in bolivian tin mines*. New York, Columbia University Press, 1979.
- 8- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto quanto Branco. Estudos de Relações Raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.
- 9- KLEIN, H.S. *Historia de Bolívia*. La Paz, Editorial "Juventud", 1994, 5a. ed.

COMO NASCE UM JUSTICEIRO

Ariovaldo Malaquias*

São inúmeros os problemas com os quais os migrantes se defrontam nas grandes metrópoles, bem como são inúmeras e variadas as estratégias forjadas pelos mesmos para fazerem frente à imperiosa necessidade de sobrevivência. No macro universo que constitui a Grande São Paulo, baseado em minha dissertação de mestrado - "O Cotidiano do Morador da Favela de Heliópolis"¹ - procurei descrever uma das facetas que envolve o dia-a-dia dos habitantes de Heliópolis na dura batalha pela vida: a convivência com o mundo do crime e da violência. Trata-se, antes de mais nada, de um olhar muito próximo dos fatos e, sobretudo, a partir de dentro dos mesmos quando quem fala são os próprios moradores.

Heliópolis: uma cidade de migrantes

A favela de Heliópolis localiza-se na Zona Sudeste de São Paulo (bairro do Ipiranga), distando pouco mais de dez quilômetros do centro da cidade, em uma área de um milhão de metros quadrados. Com mais de vinte anos de existência, cerca de cinquenta mil habitantes (o equivalente a uma cidade do interior), a favela expandiu-se muito nos últimos anos; agora ela cresce para cima, pois para os lados quase não mais existem espaços disponíveis. Para ocupar a área vieram migrantes de quase todos os estados do país, especialmente do Nordeste, que somados aos moradores mais antigos foram construindo.

Há um certo consenso social em enxergar a favela como um lugar sem estética, feia, construída de forma irregular e com material não adequado. Ao não perceber a história da favela, os motivos que a fizeram aparecer, ela passa a representar o lixo social, um lugar onde não existe conforto, esconderijo de bandidos, sinônimo de vagabundagem. A favela representa um incômodo aos vizinhos, desvaloriza monetariamente as moradias próximas, além de colocar em "risco" os moradores dos bairros próximos. O desconhecimento das causas reais do nascimento da favela e o preconceito que se formou na sociedade em torno dela está bem presente no dia-a-dia do morador da favela.

Heliópolis surgiu em 1971, com alguns alojamentos de madeira (um cômodo) construídos pela Prefeitura para abrigar famílias despejadas de outras áreas (favelas de Vila Prudente e Vergueiro)². Os alojamentos localizavam-se próximos ao centro comercial do Sacomã, e inicialmente abrigavam duzentas famílias. Segundo antigos moradores, eles tinham acompanhamento de assistentes sociais da Prefeitura, que afirmavam ser ali um lugar provisório pois em pouco tempo todos mudariam para casas de alvenaria.

Aos poucos outras famílias foram chegando e levantando mais barracos ao lado dos alojamentos. A favela começava a crescer e também a aumentar rapidamente os seus problemas. Hoje, apenas no chamado Núcleo Heliópolis, o berço da favela, existem mais de 10 mil famílias e dois mil barracos e casas de alvenaria; o local é considerado o mais adensado de Heliópolis.

Conforme um morador, o confinamento da favela próximo aos alojamentos deveu-se à repressão dos órgãos públicos que não permitiam ocupações ao longo da Estrada das Lágrimas, onde existiam vários campos de futebol. Inclusive intimidavam as famílias que ali construía, demolindo os seus barracos. Os campos de várzea nasceram da falta de espaços nos bairros vizinhos e logo os donos dos clubes apropriaram-se dos terrenos. Com o tempo os moradores organizados foram tomando essas áreas. Isso de certa forma explica o crescimento condensado da favela no chamado Núcleo Heliópolis onde até hoje as construções em madeira são em maior número e faltam equipamentos sociais.

Nos últimos dez anos a população de Heliópolis mais que dobrou³. É visível a mudança física da favela, especialmente barracos de madeira dando lugar a casas de alvenaria. Se as condições de moradia parecem ter melhorado, constata-se que essa melhoria relativa se deu mais por iniciativa dos próprios moradores do que pela intervenção dos órgãos públicos no local. A infra-estrutura continua precária; questões como falta de água, esgotos e pavimentação ainda não foram solucionadas. O espaço ocupado por cada família dentro da favela é bastante reduzido, com casas pequenas, às vezes de apenas um cômodo, a maior parte sequer com um pequeno quintal. A alta concentração demográfica provocou a verticalização da favela; quem constrói em alvenaria logo faz laje para subir a obra. Embora boa parte das casas seja habitada por uma única família (cinco pessoas ou mais), muitas

delas acomodam duas ou três famílias.

Em Heliópolis a rua é fundamental para a vida social do morador. É o espaço para crianças e adultos movimentarem-se, um local de convívio social onde passam boa parte do tempo livre. O espaço público é uma extensão da casa devido a exiguidade das moradias. Pela própria configuração física da favela, a preservação da privacidade não é a preocupação número um. Muitas vezes o que divide uma casa da outra é apenas uma folha de aglomerado de madeira.

A favela não nasceu de uma ocupação coletiva, mas de forma gradual, conforme a conjuntura econômica, política e social do país mudava seus rumos. A partir da segunda metade da década passada a ocupação da área deu um salto. Sem qualquer planejamento e infra-estrutura urbana, Heliópolis foi crescendo, numa mistura de barracos e casas simples. Ruas sem saída, inúmeros becos, ruelas estreitas, sem asfalto, sem esgoto, sem traçado. Embora a favela abrigue pessoas de baixo poder aquisitivo existem diferenças circunstanciais entre elas. Quem tem mais tempo de moradia na área por certo conseguiu melhorar sua casa, transformou o barraco em alvenaria.

A favela quase faz divisa com a cidade de São Caetano do Sul e dista poucos quilômetros de Santo André e de São

Bernardo do Campo, com acesso pela Via Anchieta. São localidades povoadas de indústrias, com grande potencial empregatício, e muitos centros comerciais, o que faz de Heliópolis um local valorizado.

O viver na favela não está dissociado do viver na cidade pois a maioria dos seus moradores trabalha fora da área. A inter-relação favela/bairro/cidade é condição essencial para a vida dos moradores. Há um intercâmbio de informações ligando a cidade a Heliópolis através da circulação dos moradores. No entanto, é para a favela que todos se dirigem ao final de um dia de trabalho; é lá onde a vida social acontece.

A desigualdade social leva ao crime

Conforme Pinheiro⁴, há hoje no Brasil cerca de 30 milhões de crianças e adolescentes até 17 anos, 41,3% da população. Nas favelas esse número aumenta para 52% do total, em precárias condições de vida. Sabemos que a criminalidade e a violência não acontecem apenas na favela, mas ali estão os fatores sociais e econômicos que permitem seu desenvolvimento com maior facilidade. Estudos recentes⁵ apontam que a maior parte das pessoas envolvidas na teia de atividades ilícitas

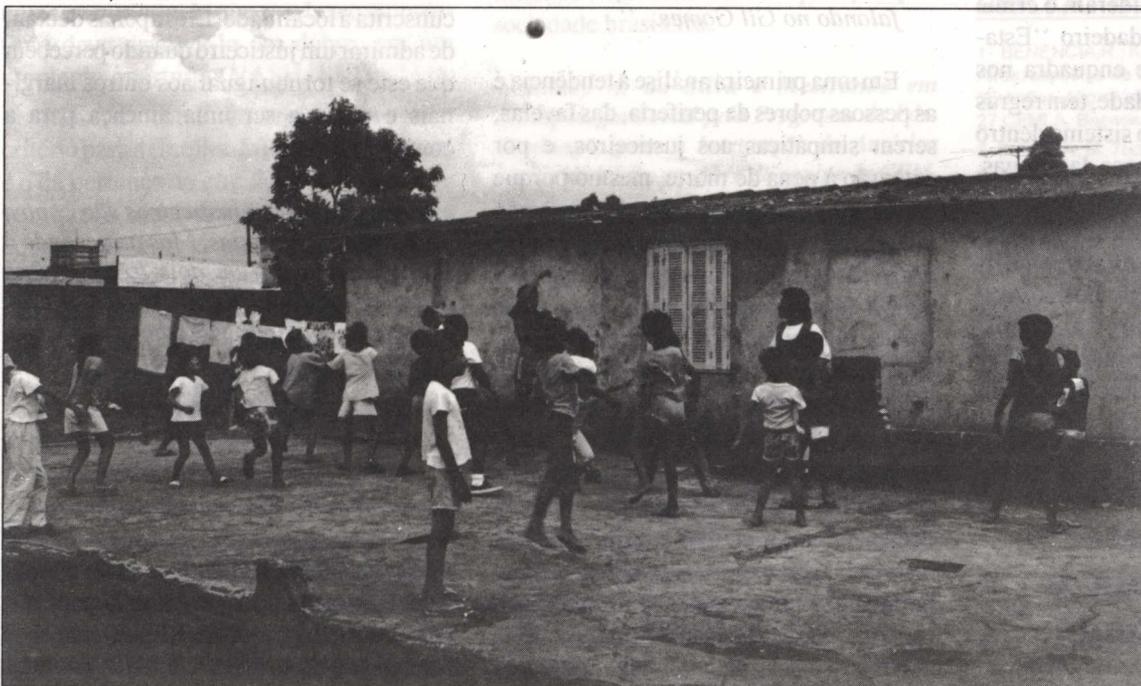
como roubos e a venda e consumo de drogas (maconha, crack, etc.), são menores de idade. Assim como a maior parte dos crimes cometidos, principalmente por grupos de extermínio, é contra menores pobres. Uma moradora da favela de Heliópolis⁶ define assim o caminho do crime:

“Eles são espertos, eles sabem de tudo. Se vacilar já fumaram maconha com dez anos... A criança aqui aprende mais fácil, está tudo à mão, ela está solta... alguns cuidam, outros não, vão trabalhar e deixam solta. Então a criança adquire o lado bom da esperteza, mas ela não tem o adulto para orientar. Andam por aí, tem criança de dez anos já envolvidas com droga, com maconha. No tempo em que trabalhei no OSEM (creche na favela), a maioria era crianças que apanhavam demais, as mães não ligavam pra elas. Tinha um que já estava fazendo pequenos furtos...”

A adultização precoce das crianças, a falta do lúdico substituído pelo trabalho nos cruzamentos para arrumar um “trocado”, as dificuldades financeiras e falta de orientação, levam algumas dessas crianças ao envolvimento com problemas que não estariam ao seu alcance em outra realidade. Criados “de qualquer jeito” como dizem os moradores, essas “crianças de rua” aproximam-se desde cedo das drogas, do latrocínio e da prostituição.

A “roda viva” do crime organizado vai fornecer as condições necessárias para a criança entrar em sua raia. A necessidade financeira, a curiosidade, a frustração diante da falta de perspectivas induz ao crime. Existem quadrilhas organizadas entre favelas, e entre essas e os bairros periféricos, fazendo a ligação com bairros de classe média na venda de

Foto cedida pelo autor



drogas. Essa atividade faz parte de uma "economia submersa", segundo alguns autores, sendo caracterizada como ilegal⁷. A favela é apenas um dos pontos atingidos pelo tráfico, considerando que o crime organizado por vezes começa até em outros países (o Brasil é conhecido receptor de drogas). Tanto a venda de drogas, como os roubos, etc., envolvem o aliciamento de menores. Quem entra dificilmente consegue sair diante das rígidas normas impostas pelo "sistema". Conforme um morador, "quem mata hoje é o que vai morrer amanhã", poucos chegam a completar a maioridade vivos. A aspiração social dentro do grupo destaca os mais ousados, os mortos pelos rivais ou pela polícia dão lugar aos outros que vêm na esteira da "roda viva".

"Ela (a criança) está com 14 anos, aí começa a passar fome em casa, aí vai pras esquinas das ruas: ou vai pra droga ou pra marginalização. Ela se marginaliza de alguma forma, ou com droga ou prostituição. Um monte de crianças que ganham a vida de qualquer jeito. Aí entra outro ciclo: aí começa a roubar, e aí a polícia elimina ou eles se eliminam entre si. Porque eles têm de seguir o padrão de malandro... são sempre a mesma turma que manda na questão da violência. Vem muito da miséria..."

Algumas análises consideram o crime organizado como um verdadeiro "Estado" paralelo, pois não se enquadra nos parâmetros legais da sociedade, tem regras próprias de ação e desafia o sistema dentro do sistema⁸. Forma-se, no caso das drogas, uma complexa teia de distribuição e arrecadação, proteção e amizades, entendida apenas por quem participa diretamente da rede. Recentemente o enterro de conhecido traficante do Rio de Janeiro foi acompanhado por centenas de moradores, mostrando a estreita ligação deste com a comunidade.

Justiceiro: subproduto da violência e criminalidade

Justiceiro, pé-de-pato, matador, dedomole, esses são alguns adjetivos que caracterizam pessoas que dizem fazer justiça pelas próprias mãos nas periferias dos centros urbanos. A maior parte dos justiceiros começa a matar para vingar algum familiar assassinado por marginais; depois acostuma-se a matar por outros motivos. Alguns acabam participando de quadrilhas e tornam-se marginais. Outros são marginais que se camuflam de justiceiros perante a comunidade. Há aqueles que matam apenas quem a comunidade, ou ele próprio, avalia como sendo marginal. E tem os que matam por dinheiro, contratados por moradores molestados (menos comum), ou por comerciantes atingidos por furtos e roubos. Há também justiceiros que mantêm ligações com a polícia. Em todos os casos ele é uma figura temida e admirada pela comunidade, está sempre situado entre o herói e o bandido. Ele protege e pune, não deixa que anormalidades venham ferir o cotidiano das pessoas, mas por vezes torna-se a própria anormalidade.

"E esse Pitico falou que mata só pra ver o tombo, só pelo prazer. Teve um tempo aí que ele era defensor para algumas pessoas. Se entrasse bandido aqui, o pessoal ajuntava uma grana aí, e dava pra ele né, protegê aqui a favela. Ele matou umas 50 pessoas... faz quatro ou cinco anos que ouvi ele falando no Gil Gomes..."

Em uma primeira análise a tendência é as pessoas pobres da periferia, das favelas, serem simpáticas aos justiceiros, e por extensão à pena de morte, mesmo porque o justiceiro é a própria pena de morte não oficializada. O latrocínio, a violência e a droga são uma constante ameaça para os pais e filhos; alguém que livre o meio desses elementos é sempre bem-vindo. Esse juízo parcial das pessoas, reforçado pelos meios de comunicação e pelo Estado, não mostra a dimensão real do problema.

Ao sentir-se ameaçado, o mais lógico seria o morador fazer uma denúncia na delegacia próxima, mas a própria polícia discrimina os moradores pobres, principalmente se forem da favela. Diante desse impasse muitos se calam, outros procuram defender-se sozinhos, alguns mudam da

área quando sofrem ameaças ao tentarem tirar satisfação por algum desagravo. Mas existe aquele que busca a vingança:

"...Essas pessoas do Nordeste são maravilhosas, portadoras de uma coragem incrível... pra mudar é questão de minutos, temperamento, ações, as atitudes... Ai vêm esses bandidinhos da favela, chinelos nos pés, sai levando o aparelho de som daquele coitado... Ele é nordestino, não vai comentar nem fazer queixumes a ninguém, é próprio da personalidade deles. Guarda durante algum tempo, procura conhecer quem fez aquilo e chega pra conversar. Muitas vezes acaba sendo insultado e seu orgulho é ferido... naquele momento esse homem mudou. Deixa de trabalhar, faz um acordo na firma e compra um revólver, existe uma infinidade de fatos assim... Vai e mata os elementos que fizeram aquilo... aí continua o resto da vida dele..."

Aquele que mata logo é reconhecido pelos outros vizinhos como um cara "macho". Matar acaba se tornando um vício; o justiceiro começa a ser admirado pelos moradores porque de certo modo livra-os do convívio com os supostos marginais. Se matou é porque "ele devia". Esse pré-julgamento não leva em consideração nenhum antecedente da vítima, ou argumento mais profundo. Predomina o senso comum, baseado na realidade imediata circunscrita à localidade. Eles apenas deixam de admirar um justiceiro quando percebem que este se tornou igual aos outros marginais e passa a ser uma ameaça para a comunidade.

"Falam que os justiceiros são contra o tráfico de drogas. Mas na verdade o justiceiro mata um, dois, três e termina se envolvendo na mesma coisa. Fica sendo o meio de vida deles. Eles matam e começam a ser a mesma coisa que o bandido. Eles se dizem justiceiros para não ter a população contra. Pode não ser todos, mas a maioria acaba se envolvendo com drogas e termina sendo o meio de vida deles."

Na favela de Heliópolis houve tempos de exacerbada violência causada por justiceiros e grupos de extermínio; matava-se por muito pouco, principalmente menores

usuários de drogas. Muitas dessas pessoas não eram marginais, mas pelo fato de estarem usando maconha, por exemplo, acabavam sendo assassinadas. Esse tipo de ação vai ao encontro de pesquisa citada, que aponta os menores como as principais vítimas⁹. Conforme levantamento em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, feito pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP¹⁰, a maior parte das chacinas praticadas está sempre associada ao uso e venda de drogas.

"Apesar de algumas pessoas sair disso, tem milhares entrando. Tem uma molecadinha aqui atrás, tudo novo, tudo de menor, tá nessa vida aí. Às vezes fico perguntando: por que toda essa molecada que conheci aqui na minha infância, tudo morreu? Mas sempre vem mais... morrem uns e volta, acho que agora tem bem mais..."

Não é comum um morador pagar para se cometer um crime, mas comerciantes das redondezas e até da favela chegam a se juntar para bancar a morte de marginais. Esse fato faz a função de justiceiro ter uma razão social para existir. O justiceiro passa de um objetivo pessoal de vingança para uma "profissão" remunerada, torna-se um "matador", conforme denominação usual dos moradores.

"Há pouco tempo aconteceu com três guris... Roubavam feito uns gatos: O Ninon, o Caveira e o Valdenice. Tem um campeonato né, e eles gostavam de jogar bola... Eu bati o olho e sabia o que ia acontecer. Ainda cheguei a falar pro Ninon: desce essa ribanceira e vai embora que você vai morrer. Ele levantou a camisa e disse: aqui ó, que venha. Ele terminou de falar, entrou um no campo e deu um tiro de 44 bem no meio de sua cabeça. Os outros correram mas morreram também. Foi bem planejado, e foi coisa custeada por comerciantes. Mãe foi atrás de justiça mas não adiantou nada. Antecedente é coisa que derruba as pessoas..."

Este é um exemplo de como agem os justiceiros contratados. Neste caso, mesmo a família das vítimas tendo procurado a justiça, pelos antecedentes dos filhos, não foram devidamente atendidas; a polí-

cia parece considerar, conforme dito popular, que "se é bandido tem de morrer mesmo". Dentro dessa linha, é comum uma certa amizade entre alguns policiais e os "pé-de-pato" (gíria policial). Há evidências de justiceiros que acabam fazendo o "trabalho" dos policiais para não comprometê-los, em troca de liberdade e proteção.

A ação dos justiceiros é bem vista junto à população ameaçada. Quando as coisas apertam os próprios moradores se organizam para uma solução, mesmo que o resultado não seja o mais correto sob o ponto de vista de entidades que defendem a ética e os Direitos Humanos. Por exemplo, tirar justiceiros da cadeia: "Eu lembro uma época que o Didi foi preso; o pessoal passou abaixo-assinado e conseguiu tirar ele com muito dinheiro, pagaram advogado por um bom tempo. E não foi só ele que saiu não, teve três ou quatro...", afirma uma moradora de Heliópolis. De certa forma o fato explica a defesa da pena de morte pela população. A própria comunidade, na prática, por intermédio de terceiros, faz justiça pelas próprias mãos.

"... os justiceiros são dados como heróis. O pessoal dá um dinheiro, paga uma cerveja, uma pinga e fica um pouco mais em segurança. Se a família conhece o justiceiro, ele diz: pera aí, essa família não, ela tem a minha marca. Se de repente o cara paga uma cerveja, dá um dinheiro, acho que é a forma mais simples de comprar um justiceiro, desde que não seja para matar. Quando é pra matar, o 'bicho' é bem maior. Mata num dia e no outro tá andando aqui na favela..."

Alguns moradores de Heliópolis consideram a ligação de justiceiros com a polícia como um meio dessa instituição dar conta do seu trabalho. Se de um lado existe a figura do justiceiro cometendo crimes considerados ilegais, por outro existem os crimes oficiais cometidos por alguns policiais: são as famosas "derrubadas". Uma pesquisa de Caco Barcellos¹¹ aponta que a maioria dos confrontos entre marginais e policiais da ROTA-Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, com a morte dos primeiros, não trouxe quase baixas entre os policiais, ao contrário de outros países onde as baixas dos dois lados se equivalem. Conforme

o dito popular - a polícia atira primeiro e depois pergunta o nome - parece que o crime foi institucionalizado. Tivemos prova disso em recente assassinato frente às câmeras de televisão (Rio de Janeiro) de um marginal já rendido.

Outro caso, menos conhecido, foi o de Theodoro e Dirley, dois menores pegos pela polícia, dentro da favela de Heliópolis (não moravam na área e nem eram marginais). Eles foram mortos com requintes de crueldade em Riacho Grande, S.B. do Campo. O caso foi solucionado com o auxílio do movimento de moradia e de entidades; os assassinos foram levados à julgamento pela Justiça Militar. Este episódio também é relatado com detalhes por Caco Barcellos¹², que constatou um aumento desproporcional da violência policial em relação aos índices de criminalidade em São Paulo, desde que foi criada a ROTA, uma herança da ditadura. Mesmo após a "abertura política" a ROTA continuou seu truculento trajeto. Mata-se na "troca de tiros" com marginais, mas essa troca de tiros alegada em boletins de ocorrências pode não ser a versão mais correta, mesmo porque é unilateral.

O descrédito na instituição policial é visível na periferia onde não há um mínimo de prevenção. Pinheiro¹³ fez estudo sobre a ação policial entre 81 e 89, e mostra-nos como ela é violenta e autoritária em São Paulo. Volta e meia policiais invadem barracos à procura de bandidos sem respeitar o direito constitucional de privacidade das pessoas. A palavra do morador pobre da periferia tem pouco valor perante a polícia, ele também é por princípio considerado um transgressor até prova em contrário. Houve pelo menos três casos de menores inocentes de Heliópolis serem mortos, dois deles pela ROTA.

"Acham (polícia) que todo mundo aqui é bandido. Apesar que a maioria das pessoas é de bem, são famílias boas, mas isso eles não querem saber. A gente não sabe se é melhor ter a polícia ao lado ou não. Se tem a polícia ao lado, tem os bandidos que ficam contra, né. Então, já que os bandidos dão uma força aí, as pessoas preferem ficar do lado dos bandidos, acham que nada vai acontecer enquanto esse bandido tiver vivo... tem que procurar conviver, né..."

De um lado o morador tem uma polícia repressora e intimidatória, que usa a psicologia do medo e da redução das pessoas. De outro, uma convivência social obrigatória com os marginais, já que vivem e freqüentam o mesmo espaço. Essa relação leva os moradores a conhecerem por dentro a violência e a criminalidade, e a desenvolverem certos mecanismos de defesa.

Os roubos considerados grandes (bancos, lojas, firmas e outros), geralmente executados por quadrilhas, acontecem fora da favela. A área serve apenas para esconder a "muamba", graças à quantidade de becos, ruas e vielas estreitas. Os marginais organizados mantêm vínculos de amizade com os moradores, que por sua vez não comentam o que porventura saibam. É um código não escrito, mas obedecido; se for quebrado, certamente haverá conseqüências.

"O pessoal que conheço, que é de quadrilha, assalta bancos, eu falo com eles: bom dia, boa tarde. Sei que tem o chefe, de vez em quando morre um, sei que o pessoal que tá lá vai morrer daqui a pouco. Mas eu não procuro saber mais, é uma coisa que não me interessa, engraçado né. Eu não aprofundei pra analisar, é como aprendi a agir..."

Outro tipo de violência é a morte por envolvimento de membros de uma família com marginais. Algumas vezes a pessoa revoltada acaba denunciando para a polícia, mas em seguida é obrigada a mudar para não morrer, vendendo sua moradia por qualquer preço. Em outros casos, mesmo sabendo quem são os autores do crime, as pessoas preferem se calar e não fazer a denúncia. Os moradores deixam de seguir os conselhos das autoridades para que denunciem, por medo da própria polícia ou dos criminosos, ou ainda por simples prudência. O morador sabe que se ficar quieto, ele e sua família não serão molestados; é a lei do silêncio.

"... se um pai de família vai passando e vê eles matarem, não denuncia. O cara que tá matando tá vendo quem assiste. Então se sair o boato ele vai ser atingido em seguida. Depois tem outro problema, a polícia chega e pergunta: você viu? Se o cara fala que viu,

é a própria polícia que vai entregar o cara que viu. O povo sabe que a polícia pode chegar a esse ponto. Ai a polícia pergunta porque ninguém viu nada. Isso é chantagem porque eles sabem porque o povo não fala; é porque tem medo da própria polícia. A polícia só vem aqui quando alguém morre. Dizem: depois que tiver morto chama que a gente vai. Não tem prevenção nenhuma."

Observamos circuitos diferentes no cotidiano dos moradores e marginais. Cada um deles procura levar sua existência sem atritos com o outro, e quando acontece, resolvem segundo seus pontos de vista, da melhor maneira possível e sem o envolvimento de terceiros, no caso a polícia. Essa normas fazem parte da vida na favela. Como disse um morador, "aqui todos se conhecem, é como se fosse uma grande família". A convivência, no cotidiano da favela, entre marginais e moradores, demonstra o quanto a passividade está longe das pessoas.

"Arma aqui dentro é a coisa mais fácil. Quase todo mundo tem arma aqui... tem sempre uma pessoa passando armas pra outro né..."

Tanto no caso da criminalidade como em outras questões, o morador da favela não é ingênuo; ele sabe se defender, sabe como funciona a violência e como conviver com ela. Ele conhece, à sua maneira, a essência dos fatos que o cercam. Ele sabe quem é o bandido e a polícia e como se comportar diante dos dois. A realidade presente ensina-o a buscar vantagens para si e sua família. O cotidiano do morador não é fatalidade e conformismo, mas uma luta concreta pela sobrevivência.

"Eu achava que a violência era só física, mas não conseguia enxergar que foi uma violência muito grande que me fez vir do Piauí para cá. Foi uma violência eu ter sido forçado a vir morar na favela. A pessoa que mata para roubar, isso são causas formadas por uma violência maior que é a fome, o analfabetismo, um monte de coisas que leva a isso..."

* Ariovaldo Malaquias é mestre em História - PUC/SP e jornalista.

NOTAS

1- "O cotidiano do Morador da Favela de Heliópolis (1971-1992)", tese apresentada em 1994 - Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de, "Heliópolis, o Percurso de uma Invasão", tese de doutorado apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-FAUUSP, São Paulo-1990. Esse trabalho na área da arquitetura procura construir um histórico bem elaborado de Heliópolis, mostrando, inclusive, como a organização dos moradores teve influência na conquista da terra.

3- "Pesquisa Sócio Econômica de Heliópolis 1986/87", Ágora-Arquitetura e Planejamento S/C Ltda. - Estudo solicitado pela Cohab-Cia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Esta pesquisa foi feita sobre a totalidade dos moradores de Heliópolis, apontando a presença de 21.303 pessoas no local, à época do levantamento. Dentre estas, 50% aproximadamente moravam em barracos e os outros em casas de alvenaria, a maioria precárias. Nesses oito anos a área da favela foi totalmente tomada; as lideranças locais estimam a presença de mais de 50 mil pessoas no local. Outra pesquisa (Vetec/92) também encomendada pela Cohab, constatou que hoje a maior parte das casas é de alvenaria, o que indica uma melhora considerável e relativa das condições de vida dos moradores de Heliópolis.

4- PINHEIRO, Paulo Sérgio, "São Paulo: People on the Margin and Civil Society", arquivo do Centro de Estudos da Violência da USP.

5- "Vidas em Risco: Assassinato de Crianças e Adolescentes no Brasil", Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 3ª ed., RJ, IBASE, 1991.

6- Todos os depoimentos citados nesse artigo são de moradores da favela de Heliópolis, Zona Sul de São Paulo, sendo seus nomes preservados por questões de segurança. Também utilizei-os em minha dissertação de mestrado. Os grifos são meus.

7- *ibid.*: "Vidas em Risco: Assassinato de Crianças e Adolescentes no Brasil". Segundo os autores, a "economia submersa" é dividida em dois tipos: informal e ilegal. "No primeiro tipo encontram-se, por exemplo, o engraxate, o vendedor ambulante, o guardador de automóveis, o lavador de carros que oferecem serviços socialmente aceitos; já no segundo tipo, há o assaltante, o contrabandista, o traficante sobre os quais incidem medidas repressivas de caráter penal. Embora o limite entre estas ocupações possa parecer tênue, não se justifica a imagem do pobre freqüentemente associada a do (vir-a-ser) bandido" (pág. 44).

8- ENZENSBERGER, Hans Magnus, "Reflexões diante de uma vitrine", in Revista USP, nº 9, 1991.

9- *ibid.*: "Vidas em Risco: Assassinato de Crianças e Adolescentes no Brasil".

10- Núcleo de Estudos da Violência, Cidade Universitária, São Paulo-SP.

11- BARCELLOS, Caco, "Rota 66", 9ª ed., SP, Globo, 1992.

12- *idem*, *ibidem*.

13- PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros, "Violência Fatal: Conflitos Policiais em São Paulo (81-89)", in Revista da USP, nº 9, pág.95, São Paulo, SP.

MORAR OU APENAS SE ADAPTAR NUM CONJUNTO HABITACIONAL: FRAGMENTO DA HISTÓRIA DE ITAQUERA I

Amélia Luisa Damiani*

A CONVIVÊNCIA: "É pessoal que vem do interior, então, tem uns que conseguem se adaptar. Pessoas mais novas, eu acho. Tem até alguns mais velhos e tal, mas, por exemplo, o pai do Agenor, que morou em Pernambuco, ficou sozinho, veio morar aqui, ele não sai de dentro do apartamento, porque ele tem medo de sair fora. Porque ele tem medo disso, que é tão diferente, tão esquisito."



Foto cedida pela autora

Vindo do centro da cidade de São Paulo, pela avenida Radial Leste, chega-se à Cohab Itaquera I ou, simplesmente, Cohab I.

Avista-se uma massa, que parece acinzentada, de prédios, rodeada por uma paisagem de baixas casas. Compacta edificação que inaugura uma imagem nova. À primeira vista, perspectiva de aridez, no jogo geométrico da disposição dos inúmeros prédios crus, avessos ao que os rodeia. É a arquitetura pobre dos prédios construídos, indiferentes ao que poderia ser a história desse lugar.

Mas, seja como for, a vida se vinga, o espaço concebido, mesmo rudimentar, humaniza-se. O que parece igual ou similar, diferencia-se, com a configuração própria que lhe conferem seus moradores. Mesmo se o sentido primordial da ação for, até mesmo, a realização do espaço concebido.

É o nível da prática urbana, que não é só reflexo da forma urbana dos conjuntos habitacionais, mas também não é o reino da liberdade. É o nível dos conteúdos, por vezes, adversos. Seja como for, nos termos de Henri Lefebvre, no prefácio do livro de Philippe Boudon, sobre Pessac de Le Corbusier, é o nível dos efeitos de uma maneira de viver, de um estilo (ou ausência de estilo). Mais ou menos marcada por um grupo, a obra social, coletiva e individual, descobre-se como obra. Neste nível se manifesta um sentido, uma racionalidade concreta mais elevada e mais complexa, que a racionalidade abstrata (a do plano).¹

Há uma certa rebeldia na prática urbana, porque trata do espaço vivido: o susto e o alarme, as apreensões, a felicidade comedida, a seguridade como conquista, a recusa escandalizada, a luta e o compromisso coletivo, a alegria de qualquer forma

de encontro, que esse modo de vida atrai. É o nível de quem vive, não de quem concebe.

Agora, numa metáfora do conjunto, não é mais minha voz ou fala, nem minha escrita, ou sequer minha observação que norteiam o discurso que segue, mas as vozes múltiplas dos moradores, que ouvi. Falam da igreja que construíram e da Igreja que paira sobre ela.

A IGREJA

"Foi com o Joe que nós começamos o movimento. Como nós íamos mobilizar para construir a igreja?"

Aí nós fomos, assim, uma imensidão de gente na Cohab. Nós fomos com ele. Mais de 400. Lotou, foi bonito. Foi muito bonito. Aquilo emocionou muita gente. Isso deu muita força.

O Joe dizia assim: 'quem vai conquistar isso são vocês. A gente está junto.'

Eles estavam fazendo concorrência para espaço.

'A comunidade nasceu quando os primeiros habitantes do conjunto começaram a mudar, em 1977. De lá pra cá, houve toda uma caminhada, devagar e difícil.

O primeiro local a ser utilizado foi o Centro Comunitário I, com as duas missas, das 7:30 e 18:00 horas do domingo, que permanecem até hoje.

O conjunto foi crescendo, muitos moradores vindo de uma só vez, de todas as partes da cidade, de comunidades e realidades diferentes. Com isso a Comunidade cresceu muito.

Começou-se a sentir então, a necessidade de um local próprio, para a realização dos trabalhos e atendimento das necessidades do povo que iam surgindo.

Nessa época começaram a surgir os diversos grupos da comunidade: saúde, viciatinos, jovens, desempregados, etc.

O pessoal fez até abaixo-assinado para a Cohab vender um terreno. Esta, abriu 'concorrência pública', ganha pela Comunidade Católica. A Cúria nos comprou o terreno, ficando com a Comunidade a responsabilidade da construção.

O pessoal começou a se mobilizar e promover rifas, quermesses, etc.

Em outubro de ano passado, começou a construção, que será um importante instrumento de trabalho para atender o povo da Cohab I. (Voz da Comunidade, julho de 1984).

Esta igreja nós fizemos com muita luta. Ela foi construída assim aos poucos, foi tão bonito. Era de sábado e domingo. Uma turma fazia almoço, a mulherada, todo mundo ajudava. A laje, tudo, fomos nós que fizemos. A massa de concreto mesmo, as mulheres que ajudaram a fazer, a criança, a juventude dos grupos, todo mundo mesmo, o pessoal que participa da vida da comunidade.

A igreja foi feita com o suor da gente, cada tijolo.

Enchemos a mão de calo para fazer a igreja, levamos quase 10 anos para fazer isso. E agora o padre: 'quem manda aqui sou eu'.

Está tirando as pessoas do seu lugar, dos postos chaves que tinham. Tomou o lugar.

O Conselho da Comunidade deliberava. Tinha força. Todos tinham a palavra. A tendência é centralizar. Muitos, decepcionados, saíram da Igreja. O pessoal está se afastando da comunidade. Sobrou o grupo de jovens.

O padre é quem manda. Não era assim. Nós chegamos a formar conselho, o conselho que decidia tudo, agora vai voltar o padre que manda. Então, eu cutuquei o ouvido de uma, que já lutou junto com a gente, eu falei: 'pelo amor de Deus, vai voltar o tradicional?' Ai ela cutucou a outra, cutucou a outra, mas a maioria é tudo novata. Então, vai ser difícil pra gente.

Os jovens manifestam-se contra.
- Somos uma resistência ao padre. Grupo de resistência dentro da Igreja, para recuperar a época áurea.

A Igreja é para esclarecer as pessoas, mas ele prega diferente: 'para esclarecimento político temos os partidos.'

O que agente encontra hoje é a afirmação de uma linha conservadora, dentro da diocese, com a mudança do bispo, na região de São Miguel, e na Cohab.

A gente sempre imaginava essa proposta da Igreja, quando nós fizemos era uma Igreja que não era só para ficar rezando, tinha que ser uma Igreja voltada para a sociedade, para fora, para tudo. Agora, depois que as coisas já estão mais assim, vem vindo outras pessoas, tá vindo, por exemplo: grupo de oração, mesmo o pessoal mais tradicional.

O altar vão por lá na frente. Ele fica no meio. Vai ter plebiscito. Não sei, acho que nós vamos perder. A maioria que vai é só o pessoal que reza.

Os jovens estão protestando, porque querem a coisa assim, mais simples, mais próxima. A proposta da Igreja foi esta: 'ser aberto para tudo'. Então, a proposta do altar, também, colocado, aqui, de lado, porque assim a gente fica até em volta, num círculo, não o altar lá no fundo como o tradicional.

Você fica vendo uma regressão tão grande, a gente fica assim, meu Deus do céu!

Não existe mais a preocupação de trazer as pessoas para a Igreja. Aquela coisa de ajuda, trabalhar com as pessoas. Agora a preocupação é um lugar muito

bonito. A igreja bem acabada. Perde o caráter de comunidade, fica o caráter de paróquia.

O padre fala do número de fiéis perdidos por ano, para outras religiões. Coloca que o povo é ingênuo. É preciso coisas que façam as pessoas sonharem.''

SOBRE A FALA

A igreja aparece, propositalmente, como metáfora do próprio conjunto. Inacabado, o conjunto é entregue a seus habitantes, que o obram individual e coletivamente. O resultado final não é um espaço autogestionário, mas um espaço sujeito às autoridades. Aqueles que controlam a administração de espaços não residenciais e sua propriedade: a Cohab; e, através dela, o Sistema Financeiro da Habitação, o Estado.

Quais seriam a memória e a realidade que prevalecem? As das obras dos moradores; ou as da presença da autoridade? A realidade que brota das lutas de classes, dos embates, promovidos pelos movimentos populares; ou as relações centro-periferia nascidas de dispositivos que parecem racionais e coerentes, e que transcendem a consciência e a vida dos moradores? Vinga o espaço planejado, sempre reproduzido como tal; ou um espaço autogestionário?

Estamos diante de um momento crucial, quando a igreja construída com a luta dos moradores, torna-se propriedade da Igreja, entidade e instituição que jamais dominaram. Da mesma forma, o conjunto preserva-se, potencialmente, sujeito a intervenções. Como o caso dos adensamentos, que tanto interferem na vida dos moradores, segundo o que eles mesmos insistiram. Existem as áreas de propriedade da Cohab ou áreas remanescentes, cujo destino envolve intenções, que transcendem os moradores. Além dos espaços expostos à cessão a título precário - gratuito ou sob pagamento - e de propriedade da Cohab.

A resposta evidente é que esse espaço é conjunturalmente dos moradores. A conquista é conjuntural. A estrutura é a de um espaço programado. Mas, é possível que a conjuntura rebente a estrutura, sobredeterminando-a. Isto é, é possível que prevaleça, apesar da Cohab como 'terra do Maluf', a Cohab enquanto pre-

sença dos movimentos populares, daqueles que se agrupam "para quebrar isso de ficar fechado no conjunto", daqueles que reconhecem a construção do padre Joe, da Dilva, do Agenor, do Simão, da Cida, da Isa, e de tantos outros. Subverta, com o fogo da contestação, o espaço controlado, rompendo-o como tal.

Muitos acham que uns são indiferentes aos outros. Ou até a presença do outro é motivo de conflito. O vizinho aparece como problema. Mas, para muitos outros, a impressão é de que todos se conhecem, a lembrança é a do aconchego de um lugar conhecido. Entre essa duas interpretações o que se assegura é que estamos diante de um anonimato partilhado, isto é, convive-se, no conjunto, com um sentido aguçado de lugar. Todos sabem, e mesmo os não moradores saberiam-no - aqueles que até o discriminam -, os limites físicos do conjunto, ou dos conjuntos. Eles se destacam na paisagem. Seus moradores poder ter um sentido de lugar ainda mais claro, que no caso dos bairros em decadência, como forma urbana, nas grandes cidades.

As reforçar a imagem do conjunto habitacional e ao remetê-la à de um espaço planejado, a realidade do homem comum se vê agregada a um nível de realidade mais elevado - o do Estado -, e de uma maneira imediata, na sua vida cotidiana. Essa relação metamorfoseia-se na concepção de uma comunidade, fictícia, na qualidade de moradores de conjuntos habitacionais. Comunidade que paira fora de seus conflitos cotidianos, em nível de prédio, de vizinhança, etc.

É comum identificar-se a necessidade do conjunto ser uma comunidade. Da mesma forma, vislumbrar-se, por exemplo, no conflito com os vizinhos, um empecilho para tanto. Não se trata, portanto, de uma comunidade orgânica, construída e livremente escolhida.

Implacáveis, os blocos se afirmam na paisagem. Mas essa identidade seria só perversa, vivida como discriminação, o lugar das pombas, o símbolo do pobre e da pobreza? Ou haveria a possibilidade de uma apropriação afetiva, na solidariedade da luta, ao se tornar tão familiar o conjunto, que na lembrança dos jovens todos se conhecem, potencializando, portanto, a sociabilidade possível?

A refutação, como eles admitem, amadureceu. Passou da espontaneidade das reivindicações, com a Igreja, a um pensamento político, com objetivo e estratégia mais claros, com a presença dos partidos oposicionistas, que consolidaram as conquistas anteriores. E mais, hoje, apesar do refluxo dos movimentos, como avaliam, as reivindicações imediatas, mas prementes, já estão em vias de superação. Reivindicações mais abrangentes, mais vastas e preparadas, tornam-se possíveis. Os elementos estão dados. Alguns têm consciência do teor do projeto urbano, no qual estão inseridos. Apesar da desarticulação atual, as entidades sempre acabam por se reunir, em contestações que aqui e ali se fazem necessárias. Têm a flexibilidade suficiente para romperem a centralidade estatal.

Essas conclusões são demarcadas pela história de Itaquera I. Não são referentes a qualquer conjunto, ou qualquer tempo. Não é alheia à conjuntura em que se formou Itaquera I: o avanço significativo da Igreja progressista à época, o fortalecimento dos sindicatos e movimentos populares, a consolidação dos partidos oposicionistas, no processo de abertura política. Com a conformação de estratégias adversas, criaram-se circunstâncias e momentos mais criativos para o repensar da forma urbana. Não seria o destino de todo e qualquer conjunto. O enfrentamento da estrutura rígida dos conjuntos depende exatamente da especificidade dos moradores, de seus relacionamentos, de sua organização, dos momentos da história.

O exemplo do Conjunto Habitacional de Tiradentes é o mais explosivo, como experiência de tal forma violenta, que indizível. Qualquer maneira de relatá-la aparece como empobrecedora, diante da "extrema dificuldade que eles experimentam para reunir suas lembranças, para encontrar um fio condutor para dar uma certa unidade à sua experiência".²

Mesmo em Itaquera I, um conjunto melhor acabado, a palavra **pedacinho**, referindo-se a casa, aparece com dois sentidos: como conquista e como redução do lugar de morar.

As mulheres, ansiosas, vão ao posto de saúde, certas de estarem doentes, quando a ansiedade nasce de ficarem muito presas dentro de casa.

As condições objetivas de vida no Brasil não criam as possibilidades objetivas de superação da arquitetura moderna, ou de sua crítica. Insinuam-se algumas questões a respeito, que, no entanto, não se colocam como vivência real de suas contradições, implicando, então, a possibilidade de sua superação.

A arquitetura moderna pode, até, estar em crise, no seio de determinadas camadas sociais em nosso país. Para outras, a maioria pobre da população, essa crise não existe. Essa problemática não aparece como tal. A questão da sobrevivência a assegurar determina o nível de apreensão dos limites, que essa arquitetura pode implicar.

É preciso compreender a forma singular como é vivido esse espaço rigoroso. As experiências e imagens acumuladas podem redefinir esse espaço "esquisito".

Pode-se vê-lo sob lentes próprias não de sua racionalidade intrínseca, mas do desenho da casa que sempre habitaram. E já o sabemos, que ela é diferente.

Misturam-se o espaço concebido, que exige "adaptação", uma "nova cultura", e a vivência de um habitar, que difere dele, e, ao mesmo tempo, impõe-lhe esse conteúdo precedente.

A imagem do conjunto está ainda no meio do caminho: entre uma concepção moderna, sem referências, como foi previsto, e uma concepção tradicional, emprestada das experiências anteriores, de outros espaços e tempos da cidade, e até do campo, que se afirmam como traços culturais e sociais do habitante. Também dessa maneira o habitante configura seu espaço e não é só por ele configurado: transpondo, revivificando experiências passadas. O vazio das referências é preenchido, não só pelas normas impostas, como também pela cultura e imaginação do morador; consolidando mais de uma forma de apropriação desse espaço.

*Amélia Luisa Damiani é Professora, Doutora do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

NOTAS

1. Boudon, Philippe, *Pessac de Le Corbusier/ Pessac II, Le Corbusier*, Paris, Dunod, 1985.
2. Lefebvre, Henri, *Critique de la vie quotidienne I, Introduction*, Paris, L'Arche Éditeur, 1977, p.255.

CONJUNTO HABITACIONAL: UM UNIVERSO DIVERSO NA METRÓPOLE

*Maria de Fátima Almeida Martins**

As cidades, e principalmente as metrópoles brasileiras, apresentam uma realidade extremamente complexa, cujo conteúdo foi engendrado durante todo o processo de urbanização do país, redefinindo-se, no entanto, a partir de 1930 por conta da inflexão nos rumos da industrialização brasileira que assinala a constituição de um novo padrão de acumulação capitalista no país. O caminho de elucidação da realidade urbana atual, no que ela tem de complexo e rico, passa, a meu ver, pela investigação de tal processo de industrialização, isto é, de um processo no qual a maior parte das relações sociais passa a ser mediada pelas tramas reprodutivas do capital, definindo a própria existência dos indivíduos.

Nesse sentido, as mudanças na reprodução da sociedade, a partir dos anos 30, impostas por um padrão de acumulação do capital qualitativa e quantitativamente distinto do anterior, põem em evidência a emergência de um novo caráter nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira, ou seja, a atuação daquele passa a ser fundamental no estabelecimento e reiteração das relações essenciais para o domínio da burguesia urbano-industrial que então emergia. É nos marcos desse contexto que se pôs a exigência de uma urbanização que se fizesse simultaneamente ao processo de industrialização. Mais precisamente, que as taxas de urbanização geradas no e pelo processo fossem muito acima do próprio crescimento de incorporação da força de trabalho exigida pela indústria. Dessa forma, as extensas periferias das cidades industriais, que engrossavam a cada dia, funcionavam como verdadeiras forças

produtivas, impulsionando a acumulação¹.

É então sob o primado da (re)definição das condições de reprodução do capitalismo no Brasil - onde está incluída a instrumentalização produtiva da urbanização -, que foram concebidas e concretizadas várias e distintas políticas visando dar sustentação institucional ao processo de industrialização ao qual o país estava se inserindo. Por seu turno, tornava-se iminente a necessidade e a preocupação do Estado em promover políticas especificamente urbanas em consonância com os propósitos da reprodução das relações de produção que se faziam presentes e hegemônicas.

Não se pode esquecer que o padrão de acumulação engendrado a partir dos anos 30 não tem apenas a indústria como unidade central do "sistema" produtivo. Fundado na industrialização, o processo de modernização alcançou toda a sociedade. No campo, a expressão da ação modernizadora traduziu-se, entre outros aspectos, na incapacidade de sustentação de uma reprodução ampliada do campesinato pela via do mercado. O reforço da histórica concentração fundiária resultante do monopólio de classe exercido pelos latifundiários sobre a propriedade da terra atuou, em geral, no sentido da expropriação camponesa que caracteriza há muito este país. Esse é um dos componentes cruciais na determinação da intensa mobilização de pessoas para os centros urbanos. O outro é o de que pesados investimentos industriais do Estado no Sudeste do País fez com que as cidades industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro começassem a crescer a passos largos, e com eles os problemas advindos de

uma urbanização que parecia desordenada e caótica.

Com efeito, são as grandes, e posteriormente as médias cidades, que sobretudo a partir dos anos 50 apresentaram um acentuado crescimento populacional, consubstanciado especialmente por pessoas oriundas de cidades menores, bem como por aquelas vindas diretamente do campo, muitas das quais egressas de um processo de expropriação de seu principal meio de existência - a terra -, que as alcançou num determinado momento de suas vidas, lançando-as num processo de migração em busca de uma vida melhor. Vida na maior parte das vezes tentada nas grandes cidades.

Para grande parcela da população que busca na cidade uma vida melhor as condições que se põem são, no entanto, as definidas por um padrão de acumulação onde são impositivas crescentes elevações na produtividade do trabalho social. Esse caráter adquire nitidez sobretudo nos anos 60. Nessa década, o intenso crescimento econômico significou uma expansão do emprego no setor formal da economia, sobretudo no Sudeste, verificado pela impulso na indústria da construção civil; nas telecomunicações; e no incremento de atividades do setor terciário vinculado à expansão do crédito voltado ao consumo, em especial das classes médias. Entretanto, pode-se ressaltar que no plano mais imediatamente dado pelo econômico houve uma perversa combinação entre queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação dos níveis de produtividade na indústria, assim como a crescente relevância do terciário na

absorção da força de trabalho não incorporada pela indústria².

Habitação: um problema para quem?

Esse também é o momento no qual se torna patente que a questão habitacional no País ganhava importância, sobretudo em função do crescimento das periferias das cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) industriais. Em verdade, podemos dizer que o "confisco salarial"³, funcionou como um dos mecanismos impulsionadores das periferias, uma vez que, com relação à apropriação dos rendimentos sociais, tal processo tornava periféricos justamente os que são centrais na produção social da riqueza⁴.

Assim as grandes cidades metamorfoseadas em metrópoles cresceram, e ainda hoje crescem, embora em ritmo menos acentuado. Nutridas pelos aspectos perversos da modernização econômica, as periferias foram se constituindo, compostas, por sua vez, pelos que chegam à cidade e não conseguem dela participar e usufruir das suas virtualidades em sua plenitude, os que lutam pelo que Henri Lefebvre denominou de direito à cidade. As diversas formas dessa luta, que vão do lote autoconstruído, à favela e aos cortiços, são reveladoras de que ela se dá, tanto no centro das próprias cidades, como nas periferias.

É nesse momento que o Estado encara a questão urbana no Brasil da modernização sob a perspectiva do problema habitacional. É aí que o Estado explicita a sua preocupação com as periferias das cidades que já se punham como metrópoles. Nesse sentido, a habitação ganha um estatuto privilegiado no que concerne ao tratamento dispensado pelo Estado em relação ao grande fluxo migratório que nutre, cada vez mais, as periferias.

Com efeito, é através da formulação e implementação da política habitacional nos anos 60, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em substituição aos programas anteriormente implantados, que o Estado passa a intervir de maneira mais sistemática e decisiva nas periferias, onde a questão habitacional tornava-se flagrante. Tal intervenção traduziu-se sobretudo na construção de um grande número de conjuntos habitacionais. Pode-se dizer que o Estado

encarou a questão habitacional como um problema, e a construção de conjuntos habitacionais foi uma das formas privilegiadas na sua tentativa de solucioná-lo.

Entretanto, a solução encontrada pelo Estado para o problema representado pela população que chegava aos centros urbanos naquele momento passava pela formação do chamado "mercado popular", o qual, por sua vez, se abria inicialmente para as pessoas que auferissem rendimentos na faixa de 1 a 3 salários mínimos⁵.

Deve-se ressaltar que a questão habitacional encarada pelo Estado como problema trazia intrínseca à sua concepção uma forma sistemática de atuação no espaço urbano. O crescimento das cidades, pela incorporação e redefinição do uso das terras de suas circunvizinhanças, levou à formação de extensas periferias, vistas como o lugar do caos, como o limiar do urbano, como o primado da desurbanização. É aí onde os conjuntos habitacionais são produzidos. Produzidos estrategicamente como peças fundamentais da urbanização que se redefine sob o primado da ordem.

Na produção de Conjuntos a produção de uma periferia: um universo diverso na metrópole

A presença do Estado nestes espaços é muito marcante. E não poderia ser diferente com o Conjunto Habitacional Jereissati, localizado na periferia de Fortaleza, construído no ano de 1982 pela Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB-CE), e localizado na periferia da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mas precisamente no município de Maracanaú a ela pertencente⁶.

Assim, a construção do Conjunto Habitacional Jereissati, no início da década de 80, deu-se no interior da mesma concepção que viabilizou a disseminação, no final da década de 70, de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades. Sequer a segregação espacial deixou de estar presente neste caso. Distante mais de 20 quilômetros do centro de Fortaleza, Maracanaú foi o município para o qual foram destinados não apenas este e outros

conjuntos habitacionais, como também recebeu, alguns anos antes, o primeiro distrito industrial do estado, devendo receber não só as novas implantações industriais para ali incentivadas, bem como aquelas indústrias que se esperava deixassem a antiga área de implantação industrial do município de Fortaleza atualmente bastante valorizada. Pode-se dizer que a reorganização espacial da RMF, ancorada na prática de uma disposição sobre o espaço imbuída da ideologia de "limpeza" e valorização de determinadas áreas da cidade de Fortaleza, ganhava concretude com o deslocamento não apenas do local de trabalho, como dos próprios trabalhadores⁷.

Nessas periferias, a presença do Estado é marcada não apenas pela produção propriamente dita dos referidos conjuntos habitacionais, como também pelas mais variadas formas de assistencialismo das quais lança mão para procurar manter sob sua tutela os movimentos populares que se organizam nas periferias, inclusive no interior dos próprios conjuntos.

O espaço do Conjunto Habitacional Jereissati, fruto de tal política norteada pela resolução do déficit habitacional via "mercado popular", foi inicialmente instituído sob a forma privilegiada da padronização, que não deixa de ser um dos aspectos mais característicos de outros conjuntos habitacionais.

Enquanto forma, o conjunto aparece como sendo algo estático e padronizado, o que se evidencia não apenas pelo aspecto externo das casas ali erguidas, como também pela disposição delas, das ruas, dos espaços públicos. Tudo parece estar imbuído e constituído de uma coerência que expressa uma racionalidade na qual está encerrada a vida no conjunto.

A meu ver, sob a alegação de uma maior "integração" das pessoas, essa disposição das casas em tal espaço geométrico, além de conter uma lógica hierarquizadora das pessoas e do espaço, visa viabilizar o máximo aproveitamento do terreno em termos da construção de unidades habitacionais, condiscente, portanto, com uma política norteada pelo "enfrentamento" da questão como déficit habitacional, isto é, a resolução da questão, encarada como problema, ao ser delimitada nos seus aspectos quantitativos, fica circunscrita à maximização de constru-

ção de unidades habitacionais por unidade de área utilizada na produção do conjunto habitacional.

No entanto, tal universo padronizado e hierarquizado, imposto pela forma urbana do conjunto, contém também a diversidade, que se espessa pela vida de seus moradores. O que quero dizer é que o seu conteúdo é fruto de um processo que se faz pelos moradores, nas suas tentativas, nos seus êxitos e malogros de romper com as determinações contidas no projeto e impostas pela lógica segundo a qual foi concebido, ou seja, a lógica estatista que impõe um espaço homogeneizado, ao qual a vida dos moradores deveria se submeter.

Essa homogeneização se faz quando o Estado dispõe sobre o espaço, utilizando, no discurso da integração urbana, as prerrogativas de suas determinações nas cidades, principalmente nas metrópoles⁸.

O ponto de partida que me levou a tentar desvendar esse universo diverso que é o conjunto habitacional com o qual me deparei foi, portanto, uma busca no sentido de ir além dessa forma urbana e da sua padronização.

Para romper os limites impostos pela padronização revelada pela aparência tive, então, que compreender a atuação, precisa e decisiva, do Estado na produção de uma periferia em Fortaleza, que se fez imputando a esse espaço uma ordem: a sua. Contudo, o que pude observar foi que a vida no conjunto não brotou sem a participação direta e efetiva dos seus moradores, unidos, ou não, em grupos de vizinhança e em associações.

A vida que se constitui no Conjunto

Assim, a realidade dos conjuntos habitacionais traz à luz contradições que se cavam entre o espaço concebido e prescrito pelo Estado e o espaço vivido. Contradições essas evidenciadas a partir da vida que se constitui no conjunto, das lutas, muitas delas pela própria sobrevivência, que se desdobram no seu interior, revelando que para boa parte dos que ali se encontram, o embate continua, mesmo que a conquista da casa própria como sonho tenha se realizado.

Nesse sentido, de um espaço sem vida,

sem conteúdo, aos poucos começa a ser um espaço de vida, movido pela luta dos que ali moram, dos que para ali foram levados pelas circunstâncias da vida. Procedendo de Fortaleza ou do interior do estado, tais pessoas foram estabelecendo suas relações com e neste espaço, conferindo-lhes, em muitos casos, fisionomias bem diferentes daquelas prescritas pelo Estado, a começar pelo fato de que uma boa parte dos moradores, por virem do interior, sem antes passar por outras cidades, relacionam-se com e no "novo" espaço atribuindo-lhe toda uma carga de símbolos e sentidos trazidos do campo, do universo camponês.

Assim, é comum os quintais das casas serem utilizados para plantações de verduras, e também para criação de aves, como galinhas e patos. Expressão do que se falou, e, ademais, de que a reprodução social, concebida e prescrita nos marcos e limites das relações sociais de produção da sociedade capitalista, muitas vezes lança as pessoas no ténue fio da sobrevivência. É por isso que não faltam referências aos moradores como os que "chegam ao Jereissati empurrados por alguma coisa, por alguma dificuldade, pela falta de moradia na cidade, ou pelo aluguel muito caro, ou porque casou e não tinha espaço na casa dos pais", são os que "não têm opção". São os que não têm espaço.

Por conta disso, o significado dado pelo morador a casa, e conseqüentemente ao espaço do conjunto, é, em sua grande maioria, adverso do prescrito pelo projeto. A imposição do uso do espaço, em alguns momentos pode ocorrer como foi prescrito, entretanto, existe também a possibilidade de resistir a esta imposição, rompendo com a padronização imperativa da forma urbana do conjunto habitacional.

A realidade que se encontra hoje no conjunto, é bem diferente de quando foram entregues as primeiras unidades habitacionais aos moradores, visto que, aos poucos, os moradores do conjunto imprimiram na paisagem monótona novos elementos e significados. Contudo, o rompimento dessa padronização, não significa, necessariamente, que a homogeneização imposta foi, identicamente, rompida, subvertida.

* Maria de Fátima Almeida Martins é geógrafa pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

1. A este respeito ver o excelente livro de Francisco de OLIVEIRA. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

2. *Ibid.*, passim.

3. No período referente, que se inicia em 1964 a 1970, "com o governo Castelo Branco, estabeleceu-se o congelamento salarial, que os próprios operários passaram a chamar 'archo salarial'. Isto é, estabeleceu-se o controle dos salários de forma que a inflação voltou a desempenhar o papel de técnica de poupança monetária forçada. Assim, a política salarial passou a exercer a mesma função de uma política de 'confisco salarial'. Devido à lentidão com que se elevavam os níveis de salário mínimo, relativamente à elevação dos preços e da produtividade, a contenção dos salários funcionou como uma técnica de confisco. (...).

Esse foi o preço econômico que os assalariados, em geral, e o proletariado, em particular, foram obrigados a pagar, para o controle da inflação e em favor da concentração da renda; isto é, da reprodução do capital." (Octávio IANNI. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil - 1930-1970* -, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p.278, ênfase minha).

4. Referimo-nos, a este respeito, à discussão sobre centro e periferia levada às últimas conseqüências por Henri Lefebvre. Na obra desse autor, ver, sobretudo, Henri LEFEBVRE. *La Survie du Capitalisme: la reproduction des rapports de production*, Paris, Anthropos, 1973.

5. Para promover habitações para o "mercado popular", que inicialmente atendia as famílias que percebiam de 1 a 3 s.m., o BNH tem como agentes promotores as Companhias Habitacionais (COHABs), "constituídas sob a forma de sociedades de economia mista, devendo o poder público, Estado ou Município, deter o controle acionário". (Sérgio de AZEVEDO e Luis Aureliano G. de ANDRADE. *Habitação e poder: da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.88).

* Banco Nacional da Habitação, Rio de Janeiro, BNH: solução brasileira de problemas brasileiros. (s/d). p.30 (nota dos autores).

6. Em minha pesquisa de mestrado tive a oportunidade de realizar a investigação da relação Estado-habitação como componente fundamental da urbanização através de um estudo de caso específico como é o Conjunto Habitacional Jereissati. Maria de Fátima Almeida MARTINS. *Habitação Popular na Periferia de Fortaleza: O Conjunto Habitacional Jereissati - do espaço planejado ao espaço vivido*, dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

7. Na verdade não é isso o que ocorre. O que pude constatar é que neste e nos demais conjuntos habitacionais do município os moradores não são absorvidos, em sua maioria, enquanto força de trabalho pelas indústrias estabelecidas no distrito industrial. Por conta da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos determinada pelo padrão de acumulação de capital que se reproduz em nível mundial, os capitais ali atuantes não demandam um contingente de trabalhadores na magnitude da população que ali se encontra, que, por sua vez, não mais se trata de exército industrial de reserva, e sim daqueles que caíram nas cadeias da obsolescência, de disponibilidade, para os quais não se põe a reprodução social enquanto trabalhador, mas sim a dura e triste realidade da sobrevivência.

8. Ver também a este respeito Amélia Luisa DAMIANI. *A Cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*, tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1992, p.76.

A REINVENÇÃO DE CURITIBA:

Pluralismo étnico e imagens de primeiro mundo

Maria Cecília Solheid da Costa*

"Luz forte, olhos imigrantes, na hora do desembarque. Alemães, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses - gente do mundo todo. Luz que clareia uma cidade que é rua capaz de passar muitos países, e passa pelo Brasil inteiro dentro de si mesma. Bendita Curitiba, 300 anos luz. Na frente de outras cidades de seu tempo. Na frente das posturas ambientalmente corretas. Na frente das conquistas do urbanismo. Procurando sempre a justiça e a paz. Comemorar é conhecer." (Rafael Greca de Macedo, Prefeito de Curitiba¹)

Neste artigo pretendo indicar que, em tempos recentes, o resgate das origens estrangeiras e da composição multiétnica da população local é instrumental na sedimentação da imagem que associa Curitiba a uma cidade de Primeiro Mundo. Também que a **visibilidade** de grupos e de tradições étnicas diferentes no contexto das celebrações dos 300 anos da cidade expressa uma ideologia oficial da harmonia mas, ao mesmo tempo, implica reconstrução da identidade de curitibano e re-elaboração da imagem de cidade-modelo.

"Terra de Todas as Gentes"

Em 29 de março de 1993 foram comemorados os 300 anos de fundação de Curitiba. Objetivando um ordenamento das festividades, a Prefeitura Municipal elaborou um calendário oficial de eventos, que incluiu obras públicas a serem inauguradas ou iniciadas, cultos religiosos, espetáculos, feiras, exposições, desfiles e concursos sobre história local. Dentre as pro-

gramações agendadas, obteve destaque um projeto levado a efeito durante todo o ano de 1993 denominado *Curitiba, Terra de Todas as Gentes*. Este projeto efetiva-se, primeiramente, por fazer incluir na agenda dos 300 anos datas, festas e os mais diversos rituais já celebrados no interior de diferentes grupos étnicos. Data Nacional da Polônia, Festa do Vinho de Santa Felicidade (bairro gastronômico "italiano"), Páscoa dos Ucranianos e dos Poloneses, baile de aniversário de um clube alemão, são alguns dos eventos arrolados e que passam a fazer parte da agenda enquanto comemorações não exclusivamente dos grupos mas da cidade e de sua história. Neste plano, observa-se a inter-relação entre o projeto *Curitiba, Terra de Todas as Gentes* e o objetivo explicitado da administração local relativo às festividades: "Comemorar é conhecer".

Por outro lado, os órgãos da Prefeitura encarregados da elaboração dessa agenda mobilizam para participação conjunta nos momentos mais importantes dos acontecimentos os descendentes de imigrantes e

representantes de grupos étnicos e de suas divisões/facções internas - cristalizadas em diferentes associações, sejam comerciais, religiosas, recreativas e esportivas, de danças folclóricas ou mesmo corais étnicos. Assim, na data de 29 de março de 1993, pela manhã foi realizado "desfile cívico e étnico" no centro da cidade. Uma "Páscoa das Etnias" foi celebrada na "Rua da Páscoa". O baile do Clube Concórdia, intitulado "Curitiba, terra de todas as gentes", inaugura as programações. Uma feira gastronômica internacional, com barracas de comidas típicas de vários países e vendedores vestidos a caráter, é instalada ao lado da Catedral-Basilica. No centro histórico, espetáculo de som e luzes, com participação de diversos conjuntos de dança e corais, conta a história da cidade através das casas do Largo da Ordem. A exposição "Curitiba, Tempo e Caminhos" tem como destaque o tema da imigração como contraponto e reforço daquele da Curitiba moderna. O "Concerto de Curitiba" com José Carreras, reunindo mais de 50.000 pessoas, teria sido o ponto

alto das comemorações. Para a ocasião, foram recrutados participantes de grupos folclóricos para atuar como "lanterninhas". As diversas áreas da pláteia estavam coloridas pela presença de "japoneses", "portugueses", "suíços", "alemães", "poloneses" e outros, vestidos com trajes típicos.

Ao longo do ano 300, o projeto *Curitiba, Terra de Todas as Gentes* ocupou grande parte da Agenda oficial de eventos. A feira gastronômica foi sucessivamente transferida para outros locais da cidade, tornando-se um evento anual itinerante. O espetáculo de som e luzes foi re-encenado, fechando as festividades em 1994. Diversas atividades "étnicas" são incluídas no calendário de festas, assim como grupos folclóricos são mobilizados para atuar em diferentes cerimônias. Há o **resgate, seleção e reinvenção de certos símbolos que dão visibilidade e distinguem os grupos.**

Guardadas as diferenças entre a origem, o tamanho e a visibilidade anteriormente já conquistada, verifica-se, entretanto, recorrência nesse processo, que tem como símbolos-chaves as comidas, artesanato, roupas, cantos e danças típicas. Assim, em seu conjunto, as celebrações acabam por impor conotação "folclórica" aos grupos², cujo "exotismo" embeleza a paisagem urbana, dá vida e colore os diversos momentos das celebrações e projeta uma nova imagem da cidade: a Terra de Todas as Gentes.

A elaboração da Agenda está associada à ideologia hegemônica de um pluralismo cultural. Mas, também, há reivindicações de participação por parte de associações e comunidades, evidenciando processos de afirmação de identidades étnicas. Como ocupar espaços na agenda resulta em visibilidade social, qualquer inclusão depende quase sempre de iniciativa e capacidade de negociação dos grupos, assim como a exclusão e/ou omissão denota ausência de força política. Arena de competição, a elaboração da agenda torna-se índice da identificação dos grupos com a cidade.

Todos os rituais mais importantes dramatizaram a pluralidade étnica da população curitibana, consolidando a imagem de uma cidade receptiva às diferenças culturais. Importa acentuar que também assim se expressa uma nova forma de elaboração

das distinções étnicas, inscrita numa retórica da Harmonia.

A Cidade- Modelo

As celebrações dos 300 anos de fundação de Curitiba, embora concentradas na semana em torno desta data, estenderam-

se ao longo de todo o ano. Na oportunidade, a Imprensa nacional salienta o vanguardismo da cidade, assim como a qualidade de vida de sua população. Referências explícitas são feitas à eficácia e à criatividade da administração local, às soluções encontradas para problemas ur-

Fotos: Amparo Rodriguez da Silva



banos: reordenação do espaço, sistema de transportes, reciclagem do lixo. Curitiba é a cidade do "planejamento urbano bem-sucedido", a "capital ecológica", a cidade brasileira "que deu certo", uma cidade "de Primeiro Mundo".

Construída ao longo de um processo cujo início remonta há 30 anos, e que supõe desdobramentos sucessivos associados aos diferentes atributos de identidade já mencionados, a imagem positiva de Curitiba sedimenta-se, sobretudo, através da "exportação" de técnicas e teorias para outras áreas urbanas no país e, até, no exterior. Curitiba é a **cidade-modelo**.

De outra perspectiva, a cristalização da diferença desta com outras metrópoles brasileiras têm sido apontada também como derivando das especificidades da colonização curitibana: uma população constituída, em sua maioria, por etnias européias. Como resultado observam-se altos padrões de educação formal, boa distribuição de renda, uma opção "civilizada" de vida urbana e uma resposta positiva ao planejamento. Estes fatores, associados ao "clima frio", configurariam o que Ferreira dos Santos³ denomina "brancura literal" da cidade "Brancura" que não é "brasileira" - antes resumiria a utopia nacional do branqueamento - e que, em sua re-elaboração e reforço, adquire novo significado, sinalizando características de Primeiro Mundo.

Não há como negar que, ao lado de outras cidades do sul do Brasil, Curitiba tem sua história ligada aos grandes movimentos migratórios no século XIX, à concentração maciça de europeus e à forte influência que estes exerceram na região⁴. Para além do projeto do governo brasileiro de constituição de uma nova classe social - o campesinato, há que considerar a direção dada por políticas locais de colonização. Interessado na fixação do imigrante e na superação de fracassos anteriores, o Presidente Lamemha Lins (1875-1877) cria um número elevado de *colônias*, dispondo-as em círculo e relativamente próximas ao núcleo urbano da capital. Dentre as muitas possibilidades de tal instalação, há que salientar a de uma cidade que se "projeta", imbricada em tais projetos. Uma cidade que se identifica com um desenvolvimento específico, com uma or-

denação de espaços, com um perfil e com valores particulares, associados ao contraste e à relação **cidade/colônia** que são, ao mesmo tempo, aqueles entre **nacional**(curitibano) e **estrangeiro**. Dominando as representações e propiciando orientações sobre o espaço, assinalando relações e hierarquias, estas oposições serão englobadas, ao longo do tempo, por posições sociais cada vez mais urbanas. Concretamente, englobadas no processo de desenvolvimento de Curitiba, cujos limites se expandem, transformando em *bairros* as áreas coloniais, integrando-as ao município e/ou região metropolitana. Mas também por força da mobilidade espacial - e, conseqüentemente, social - de descendentes de *colonos* em direção à cidade, que se dá em processo lento mas contínuo.

Assim, um mapeamento da cidade em termos da composição heterogênea da população local e das influências étnicas, até recentemente se apresentava como marcado pela referência e/ou como circunscrito às áreas coloniais originais. Dava-se destaque a um contingente de imigrantes cuja origem social e forma de assentamento fora predominantemente rural, guardando, por largo período de tempo, distância e/ou isolamento quanto aos curitibanos de "famílias tradicionais"⁵.

Por outro lado, tais representações descrevem uma relativa **invisibilidade** social e simbólica de diversos grupos de imigrantes estabelecidos originalmente no contexto urbano, e exercendo diferentes atividades como comerciantes, assalariados ou empresários industriais. Como resultado de processos de crescimento e renovação urbana e da integração das áreas coloniais no espaço da cidade, esta invisibilidade atinge também os grupos de descendentes de colonos nela radicados - algo que já ocorrera com aqueles anteriormente urbanizados. Neste quadro, as diferenças étnicas supostamente perdem sua importância e passam a ser englobadas em uma mesma categoria: *curitibanos*. A segregação no espaço, embora constitutiva da *identidade de curitibano*, de sua *identificação com a cidade*, e até, de sua história, não tem mais o sentido de classificar e localizar especificidades culturais singulares.

Portais, Parques e Praças: os Novos Territórios

Já nesta década de 1990 tem início um outro fenômeno, com a apropriação e o resgate das diferenças e das identidades étnicas dos grupos no contexto de outros discursos e de outras realizações. Estas inscrevem-se no quadro de novas políticas da municipalidade e de recentes orientações dadas ao planejamento urbano, materializadas sobretudo durante as comemorações dos 300 anos de Curitiba. E se efetivam com a construção de monumentos e portais, com a recuperação ou inauguração de praças e parques que abrigam memoriais da imigração. Tem início, portanto, a delimitação de novos territórios "étnicos" em diferentes áreas da cidade que implica modificação das diretrizes do planejamento urbano, num redesenhar da cidade e de sua imagem.

Estes espaços têm se multiplicado. De um lado, na direção de um mapeamento que garante visibilidade aos diversos grupos, pois passam a ser o *locus* privilegiado de exposições, eventos, festivais, cursos, etc. relativos aos países de origem dos imigrantes. De outro, num eixo de relações internacionais, e que resultam da gestão conjunta dos espaços pela Prefeitura, associações étnicas e corpos consulares. Conseqüentemente, isso põe a obrigatoriedade de alianças que acontecem num plano transnacional, objetivando reforçar a importância de cada grupo diante dos órgãos oficiais e diante da própria sociedade curitibana. Para tanto, membros das comunidades étnicas retomam e ritualizam relações com as culturas de origem.

De início expressando a multiplicidade étnica da população local, os espaços são apropriados seja numa suposta referência a áreas originais de ocupação por imigrantes, seja associados a planos de renovação urbana, mas passam assinalar - topográfica, simbólica e socialmente - relações e posições que não remetem necessariamente ao passado. Tentativas de manter vivos categorias e valores que expressam a presença de cada grupo na construção de Curitiba, terminam por, dramaticamente, produzir/reinventar novas formas de identidade social.

A atribuição de novos significados e a introdução de equipamentos em áreas diversas da cidade concretizam pontos de referência para os grupos étnicos e “em torno dos quais se aglutinam identidades”⁶, redescobre-se a diferença e (re)constróem-se fronteiras. Índícios de novas formas de insularidade, de enclaves étnicos, estes monumentos e logradouros constituem o entrelaçamento da evocação de tradições particulares com a idéia de modernidade na arquitetura e da identidade da cidade. Inscrevem no espaço direções atuais da história e relações que seriam “igualitárias” e democráticas, pois pautadas pela ideologia da harmonia.

Curitiba: Etni(-)cidade⁷

O projeto *Curitiba, Terra de Todas as Gentes* tivera inicialmente como eixo a idéia de “assimilação” dos imigrantes e seus descendentes à sociedade local. Apontar-se-ia para a “contribuição” dos mesmos na construção do “homem paranaense” e/ou “curitibano”. Essa idéia encontra respaldo em teorias de autores da década de 50⁸, que produziram interpretações sobre a importância, o lugar e a influência de cada um dos grupos na cidade. Localmente “consagradas”, tais teorias assumem um caráter ideológico ao explicar formas de “integração” sem dar conta das mudanças resultantes de processos históricos específicos, de tal forma que mito e história se confundem.

Este eixo “Histórico”, que fazia referência seletiva a alguns grupos - como de alemães, italianos, ucranianos, poloneses - e os hierarquizava segundo valores etnocêntricos e políticos que mapeavam tais “contribuições” (por exemplo: afirmava-se a “superioridade” dos alemães sobre os demais), sedimenta uma oposição básica entre imigrantes “europeus” e outros povos. Ainda que paradigmática, a perspectiva “histórica” foi aos poucos sendo substituída e/ou englobada pela ênfase à presença multiplicada de grupos no cenário da cidade. Ou seja, agora trata-se de redimensionar o papel e o lugar de cada grupo e de todos em seu conjunto na construção e legitimação da imagem que se quer projetar de uma cidade moderna, de “Primeiro Mundo”.

Consequentemente, configurou-se uma

arena de re-elaboração de histórias particulares e da trajetória dos grupos a partir do resgate da memória de seus membros e da atuação efetiva nas celebrações e na política administrativa da cidade. Foram organizadas memórias de imigração, produzidas publicações, filmes, vídeos; coletaram-se objetos para compor exposições; realizaram-se concursos para construção de portais, etc. Observa-se a emergência/visibilidade de diferentes grupos - tais como de japoneses, suíços, holandeses, espanhóis, sírio-libaneses, gregos e, paradoxalmente (por não levar em conta a história do povoamento), os próprios portugueses. Visibilidade relativa a processos de afirmação de identidades étnicas e à politização da etnicidade no cotidiano. Também, à capacidade de responder a demandas exógenas para que se identifiquem etnicamente, na ação coletiva relacional, contrastiva.⁹ A este quadro subjaz uma ideologia pluralista baseada na afirmação da convivência harmônica de grupos étnicos e no respeito por suas diferenças culturais. Ocorre, também, a apropriação, por parte da administração local, da diversidade cultural existente enquanto parte constitutiva da (re)invenção da identidade da própria cidade e de sua singularidade com relação a outras metrópoles brasileiras.

A retórica oficial de idealização da harmonia perpassa diferentes segmentos da população, e é veiculada nos meios de comunicação, vindo a se apresentar supostamente como hegemônica. Entretanto, a distinção dos grupos, englobada nesta ideologia, ordena, em última instância, uma atualização de outras hierarquizações, relativas ao momento atual. É quando alguns grupos étnicos se salientam e tomam a frente dos outros na elaboração da agenda, durante os rituais e, ainda, na delimitação de territórios. Há que reconhecer um potencial de conflitos que se manifesta sobretudo numa disputa (pacífica) por recursos simbólicos e pela **visibilidade** no cenário urbano, ao mesmo tempo que se empenham em demarcar suas fronteiras culturais, em muita medida aqui resgatadas de relativo esquecimento.

Diante de políticas que são seletivas, embora refletindo tendências positivas na avaliação dos grupos, prevalece o destaque

atribuído a grupos étnicos de origem europeia, índice da “brancura” da população local. É quando a questão étnica vem a sobrepujar e subsumir as diferenças de classe e de cor. Mas também reifica a oposição entre membros de grupos étnicos e os “curitibanos de famílias tradicionais”, que não podem evocar tal ancestralidade e que se afirmam aliados das celebrações dos 300 anos.

Neste contexto, que implica conjugação e visibilidade de diferentes etnias, atualizam-se relações que reinventam a tradição e a modernidade, o local e o universal. Estamos, portanto, diante da reinvenção do fenômeno étnico em Curitiba. Da (re)construção de identidade da população ancorada na busca de suas origens imigrantes (e aqui se trata da imigração estrangeira, com exclusão de menções à migração interna) e da **ênfase na imagem de uma cidade onde se atualiza uma concepção pluralista das diferenças étnico-culturais**. Mas também diante do resgate da memória e das distinções étnicas em torno de símbolos, territórios, visibilidade social e reinvenção de fronteiras.

* *Maria Cecília Solheid da Costa é Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Pesquisadora do CNPq.*

NOTAS

- 1) Do discurso proferido por ocasião da abertura das festividades do tricentenário de fundação de Curitiba.
- 2) Ver, a respeito, Seyferth, Giralda “Considerações sobre a (re)construção de Identidades étnicas” Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1994 (mimeo).
- 3) Ferreira dos Santos, Carlos Nelson. “Para cada forma de dominação a utopia que merece” in *Arquitetura Revista* 3, FAU/UFRJ, v.3, 1985/86.
- 4) Ver, a respeito, Seyferth, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*, Brasília, Editora da UnB, 1990.
- 5) “Curitibanos”, de “famílias conhecidas”, são categorias nativas que delimitam o universo de camadas médias e da elite local, quase sempre associadas a descendentes de fundadores ou habitantes da cidade em períodos que antecedem à imigração estrangeira.
- 6) Oliven, Ruben George. *A Parte e o Todo, a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, 1993:23.
- 7) Para uma explicação do termo ver Costa, Maria Cecília S. & Feldman-Bianco, Bela. *Etni(-)cidade: estudo antropológico de grupos étnicos em Curitiba*. Projeto Integrado de Pesquisa, CNPq, 1993.
- 8) Como Martins, Wilson. *Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989 (2ª ed.); Linhares, Themistocles. *Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1958 (2ª ed.). Livros, aliás, reeditados e distribuídos nas escolas municipais por ocasião do tricentenário.
- 9) Cf. Oliven, Ruben George, op. cit.

SER BRASILEIRO EM LONDRES

Angela Torresan*

A migração de brasileiros para a Inglaterra, em especial para Londres, não é um fenômeno isolado. Ele faz parte de um movimento de procura pelo exterior que vem ocorrendo com maior intensidade desde o final dos anos 80. Brasileiros jovens, pertencentes ao extrato médio da sociedade de origem e, geralmente, com alguma formação escolar especializada, saem de seu país em busca de algo que acreditam não poder alcançar aí. Em sua maioria vão para os Estados Unidos, Europa e Japão¹. A novidade deste fluxo migratório levanta diversas questões. Desde sua inserção no que vem sendo definido como o deslocamento global de força de trabalho de países mais pobres para os mais ricos, aos motivos que levam os brasileiros a saírem, neste dado momento de sua história, de um país tradicionalmente receptor de imigrantes e aos problemas de categorização desses migrantes como permanentes ou temporários. De qualquer forma há um consenso geral, partilhado tanto pelo senso comum como por estudiosos da vida social, de que se trata de um movimento recente que merece nosso interesse: muitos de nós somos afetados direta ou indiretamente pelo deslocamento de nossos compatriotas².

A preocupação deste artigo³ será, não a de localizar o movimento de brasileiros para o exterior no conjunto de relações de mercado de trabalho global, nem mesmo mapear o contexto brasileiro de motivação deste fenômeno, mas sim a de perceber a relação entre o processo de reformulação da identidade dos imigrantes brasileiros e o contexto pluriétnico da cidade de Londres.

RECORTE DO OBJETO

O material da pesquisa foi coletado durante os anos de 1992 e 1993. O método de coleta constituiu-se em intensa observação participante em diferentes locais de encon-

tro desta população na cidade de Londres⁴; em inúmeras entrevistas semi-estruturadas, registradas com um gravador, e na convivência diária com imigrantes brasileiros nos locais de trabalho e moradia.

No decorrer da pesquisa decidi desconsiderar certas categorias de imigrantes brasileiros que possuíam qualquer vínculo institucional com o Brasil segundo o qual poderiam determinar sua situação em Londres e o tempo de sua estadia. Entre estas estão os funcionários da Embaixada, do Consulado e das empresas brasileiras sediadas em Londres. Assim como os estudantes com bolsas de estudo financiadas pelo governo brasileiro. Estes eram considerados por meus informantes como, respectivamente, a "elite econômico-política" e a "elite intelectual" da "comunidade brasileira"⁵. Assim, direcionei minha atenção aos brasileiros que formavam uma "outra" população migrante, a qual não sabia ainda como definir a não ser como "aventureiros".

Estes "outros" imigrantes são pessoas entre 18 e 35 anos, da classe média brasileira que vão para Londres em busca de "uma vida melhor". Chegam de diferentes partes do Brasil (especialmente das Regiões Sudeste, Sul e Nordeste) e justificam sua viagem pelos mais diversos motivos: trabalhar, economizar dinheiro, casar, estudar e entrar em contato com um mundo diferente, "moderno".

O leque de possibilidades que a vida em Londres oferece e os problemas que podem enfrentar com o controle da imigração, marca o caráter imprevisível de sua estadia. Estes imigrantes brasileiros não podem ser definidos prematuramente como temporários ou permanentes porque eles não sabem quando e se vão retornar ao Brasil. Tampouco podem ser caracterizados como "refugiados econômicos"⁶, dado que povêm do extrato médio da sociedade brasileira.

Apesar do discurso sobre as motivações da viagem incluir o elemento do acúmulo de recursos assim como o da dificuldade econômica que enfrentam com a "crise brasileira", deve-se ter em mente o significado de tal elaboração. Como exemplo disso, uma das insatisfações pessoais associada àquela "crise" reside na dificuldade, enfrentada pelos jovens, de saírem da casa dos pais. Esta dificuldade implica no retardamento da plena maturidade, processo considerado "natural" de passagem para a vida adulta. Mudar para Londres não implica apenas na possibilidade de fugir da "crise brasileira" ou de acumular recursos; é também provocar uma passagem simbólica para a vida adulta, é acumular experiência, conquistar determinados *status* sociais e construir novas identidades, sejam elas pessoais, nacionais ou étnicas.

SER BRASILEIRO EM LONDRES

Devido ao caráter multirracial da cidade de Londres, os imigrantes brasileiros entram em contato diário com um leque muito amplo de nacionalidades. Acreditam que os habitantes nativos são tão raros que ser londrino é necessariamente ser de fora, é ser estrangeiro. Este fator fornece um complicador a mais à questão da imigração criando uma dinâmica de interação própria de situações pluriétnicas encontradas nos grandes centros urbanos da Europa.

Londres é sem dúvida um desses centros e abriga uma população de imigrantes, novos ou de segunda e até terceira geração, diretamente vinculada ao passado colonial do Império Britânico⁷.

A ideologia imperial de superioridade racial que orientou a percepção comum sobre os imigrantes, gerou uma atitude discriminatória no convívio cotidiano dos ingleses com imigrantes não-europeus com

a qual o governo britânico tenta lidar até os dias de hoje. A evidência de que os imigrantes do além mar haviam se fixado na Grã-Bretanha e a responsabilidade de lidar com sua inserção na sociedade local aliada ao receio dos imigrantes não conseguirem se integrar a ela, mobilizou o governo inglês a enfrentar o problema. Ele criou uma série de dispositivos legais para tentar minimizar os riscos de ver emergir uma sociedade segregacionista, onde os problemas das relações raciais se tornassem problemas de segurança nacional. Uma das estratégias para lidar com o que é denominado de "relações raciais" reside no acirramento do controle da imigração. Outra é traduzida pela atual ideologia da "igualdade de oportunidades" em nome da qual a etnicidade das pessoas é discriminada em qualquer cadastro oficial. Uma terceira prática é a de financiar instituições filantrópicas para que os próprios imigrantes organizem sua inserção na sociedade local, tais como associações de auxílio legal.

Os imigrantes das ex-colônias do Império e dos países que compõem o *Commonwealth of Nations*⁸ ocupam posições bem definidas diante do governo e da população britânica. São grupos de imigrantes reconhecidos como minorias étnicas para os quais o governo dispõe de uma série de prerrogativas não acessíveis aos imigrantes brasileiros.

Um dos efeitos da singularidade da situação dos brasileiros em Londres frente às minorias étnicas, ou seja, aos imigrantes não-europeus com direito à residência no Reino Unido, é indicado pelo fato de que não se concentram geograficamente. A maior parte dos brasileiros encontra-se em posição irregular no que se refere ao seu *status* legal e uma proximidade regional poderia tornar o controle desta ilegalidade mais fácil para o *Home Office*.⁹

Geralmente, a natureza da migração dos brasileiros para Londres é solitária: são pessoas solteiras cujos familiares ficam no Brasil. Caso venham acompanhados, o são por amigos que embarcaram na mesma aventura. Os únicos entes familiares mais comuns são os irmãos. Assim, as redes de amizade adquirem papel crucial na organização da vida cotidiana desses brasileiros, tanto no que diz respeito ao auxílio mútuo quanto aos conflitos nelas gerados, marcando fronteiras fluidas entre grupos de cooperação e de concorrência.

O trabalho é uma das principais preocu-

pações destes imigrantes. O processo de busca pode seguir alguns métodos já estabelecidos: perguntar por vagas nos estabelecimentos, verificar as ofertas de jornais e revistas, ir a um *Job Centre*¹⁰ ou, mais comumente, pedir ajuda aos amigos.

É principalmente no mercado de trabalho não-especializado, "destinado aos imigrantes irregulares" (Home Office, 1993), que os brasileiros vão encontrar emprego. Dentre eles destacam-se as tarefas de lavadores de pratos, atendentes em restaurantes e em lojas, babás, faxineiros, empregadas domésticas, trabalhos na construção civil e em algumas fábricas.

Aqueles que conseguem trabalho sozinhos vão mais tarde ajudar outros brasileiros, indicando-os aos seus empregadores. O contato entre amigos é considerado pelos brasileiros como o modo mais eficaz de procura de emprego. As declarações de um informante demonstram isso:

"Sem sobra de dúvida, amigos acabam sendo responsáveis por 90% dos empregos que o estrangeiro possa encontrar... é de importância vital reconhecer que para que se tenha uma estadia longa e feliz, é necessário que sejam feitas boas amizades com seus compatriotas." (Motta, 1991)

Assim, vão sendo criados ambientes onde trabalham mais de dois brasileiros. Encontrei um bom exemplo deste fenômeno através de um de meus informantes que havia se empregado numa fábrica de molduras. Evandro não sabe precisar quem ou em que momento o primeiro brasileiro foi trabalhar nesta fábrica. Quando foi levado por um amigo, com quem dividia um apartamento, já havia cerca de 5 brasileiros lá trabalhando. Um ano depois, na mesma época em que me concedeu uma entrevista, os brasileiros eram 12. A relação entre estas pessoas ultrapassava os limites sociais da fábrica. Muitos moravam e se entretiam juntos: organizavam festas, jogavam futebol e praticavam capoeira.

Nos diversos ambientes de trabalho e formas de moradia os imigrantes brasileiros convivem com outros brasileiros originários de diferentes locais do Brasil. Deste fato surge a percepção de que sua estadia em Londres lhes proporciona maior conhecimento de seu próprio país. Determinadas características regionais são catalogadas de acordo com os brasileiros com quem se convive. A declaração de um dos meus informantes é bastante indicativa:

"Eu me sinto mais brasileiro hoje em dia

porque eu consigo analisar os brasileiros dentro e fora do Brasil. Aqui a gente tem muita relação forte com brasileiros de diferentes partes do Brasil e hoje eu consigo entendê-los mais do que no Brasil. Lá eu falava que era gaúcho, mas eu conheci muitos gaúchos estranhos aqui. Hoje eu falo que sou brasileiro. Eu me dou muito com cariocas, mineiros e até paulistas. Gosto muito dos cariocas porque são abertos para dizer o que pensam e mesmo de si. Nordestino já é mais difícil porque eles têm muita mentira amarrada." (Evandro, 1992)

A aceção de que se é mais brasileiro em Londres do que no Brasil é comum entre meus informantes. Ela, claramente, decorre da situação de contraste em relação aos não-brasileiros, mas também, e muito interessadamente, de um certo processo de nivelamento que em dados momentos promove a associação de brasileiros que não se encontrariam se estivessem em seu país. Seja devido a diferenças de *status* socioeconômico ou à separação regional.

O nivelamento social ocorre de forma um tanto complexa. Dizer que há uma certa simetria de *status* não significa afirmar que todos os brasileiros se consideram iguais em Londres. Há significativa heterogeneidade: valores, motivações e interesses contraditórios; distinções em termos de origem, poder aquisitivo e empreendimentos diferenciam as pessoas dentro do conjunto de imigrantes brasileiros em Londres.

Porém, devido ao fato da maior parte de meus informantes estar inserida no mesmo mercado de trabalho não-especializado, ou de já ter passado pela mesma experiência, ocorre uma certa redefinição de valores sociais. Os padrões segundo os quais os imigrantes se movimentam em Londres são determinados por um conjunto de fatores relativos a situações específicas. Ao mesmo tempo os padrões de comportamento trazidos de sua vivência no Brasil também informam suas ações. Diferentes signos e valores sociais serão ativados em situações também diversas. É neste sentido, relativo à dinâmica de formação de novos padrões assim como a reafirmação de outros antigos - próprio das experiências migratórias -, que os brasileiros produzem para si novas identidades. É neste sentido, ainda, que é diferente ser brasileiro no Brasil e em Londres.

Assim, Evandro elege os elementos de distanciamento e de aproximação que definem sua própria identidade de brasileiro. Os gaúchos que encontrou em Londres possui-

am motivações e valores diferentes dos seus e eram definidos por ele como pessoas que **só querem se dar bem**. Evandro associa sua brasilidade aos amigos paulistas, mineiros e cariocas, com quem partilha uma determinada visão de sua experiência de migração e para quem as relações de amizade são importantes. Ao mesmo tempo, acredita que as qualidades pessoais não sejam totalmente marcadas pela origem regional porque "tem gente fina e gente boba em todos os lugares". Assim como existem **brasileiros e brasileiros**.

Os imigrantes criam redes distintas de relação entre si e nem todos os compatriotas são bem vindos a estas redes. Apenas os amigos nos quais se confia. Existe muito medo de que outros brasileiros tentem concorrer seja pela posição de trabalho ou pelo lugar de moradia. Existe a crença, jamais comprovada, de que estes **outros, falsos amigos**, denunciem brasileiros em situação irregular ao órgão de controle da imigração (Home Office) por **inveja** ou **cobiça**. Estes "outros brasileiros" alimentam o imaginário coletivo desta população de imigrantes como depositários das qualidades negativas atribuídas ao "povo brasileiro" em geral. Nunca são identificados pessoalmente porque, na realidade, consistem no "tipo ideal" do **brasileiro sacana**¹¹.

O exemplo da fábrica de molduras onde Evandro trabalha é muito interessante para a observação do fenômeno de criação de rede de relações sociais tanto entre os trabalhadores brasileiros, que por sua vez trazem outros agregados, quanto de relações entre estes e os operários de outras nacionalidades. Na realidade a fábrica ilustra bem o caráter pluriétnico da cidade de Londres: a existência de pequenas redes de relações estabelecidas por diferentes populações migrantes e a relação entre estas e as redes de outros nacionais. Na fábrica de molduras, além de brasileiros, trabalhavam imigrantes africanos, em sua maioria ganenses, e irlandeses. A relação entre os brasileiros e os ganenses estabelecia-se, principalmente, durante as partidas de futebol organizadas durante os intervalos para o almoço. O futebol era um dos elementos identificados pelos outros trabalhadores como um diacrítico da identidade nacional dos brasileiros e estes eram tomados como naturais amantes do jogo. Por isso os brasileiros eram sempre esperados para o início das partidas. A comunicação, o entendimento, enfim, a troca social entre os dois grupos dava-se através do

futebol da hora do almoço, e nesta troca a primazia era dos brasileiros.

Os ganenses não partilhavam de outras situações sociais com os brasileiros e ao perguntar o motivo de tal limite a um informante este explicou-me que a maior parte dos ganenses possuía família e por isso as formas de lazer nos finais de semana eram diferentes. Já os irlandeses acompanhavam os brasileiros em outras ocasiões, especialmente nas festas:

"Os africanos são do Terceiro Mundo como a gente, mas no fim das contas a gente tem mais coisas para trocar com os irlandeses do que com os caras de Gana. Sei lá por que. Acho que é porque eles têm mulheres e filhos aqui. Os irlandeses é tudo rapaziada." (Leo, 1993)

Esta declaração demonstra os elementos considerados pelos brasileiros como importantes para a possibilidade de aproximação maior com os irlandeses: mesma faixa etária e mesmos interesses de lazer. Demonstra ainda a diferença do caráter migratório dos trabalhadores ganenses e dos brasileiros. Os primeiros levaram suas famílias e o trabalho possibilita o sustento deste núcleo familiar e da própria experiência de migração. Eles se enquadram numa imagem de imigrante que os brasileiros recusam para si mesmos e que está associada ao significado do próprio termo para estes. Dificilmente os brasileiros utilizam a categoria de imigrantes para se definirem como população estrangeira em Londres. Este termo é vinculado às pessoas originárias das ex-colônias do Império Britânico e dos países do *Commonwealth*. Seu processo migratório é compreendido pelos brasileiros como uma mudança mais profunda do que a que estes fazem. Estariam vindo com suas famílias para se estabelecerem no Reino Unido indefinidamente e cuja perspectiva de trabalho não escapa do mercado não-especializado. Para os brasileiros sua situação de mão-de-obra não-qualificada é provisória, seja porque planejam retornar ao Brasil, seja porque desejam estabelecer-se em Londres num setor profissional mais especializado.

Já os amigos irlandeses vestem a imagem de um grupo social ao qual os brasileiros constroem uma equivalência. Uma vez resolvido o problema legal do visto de residência os brasileiros acreditam que têm tantas ou mais chances de sucesso no mercado de trabalho, e no seu processo de inserção na sociedade inglesa, que os irlandeses. Os brasileiros acreditam que trazem consigo

uma habilidade de adaptação maior do que a dos irlandeses que é relativa ao seu "caráter nacional":

"O brasileiro chega aqui sem permissão, sem falar a língua e se descola. Essa coisa de se descolar faz muito parte da cultura brasileira. Então, se a recessão no Brasil é bem pior do que a daqui, a atitude da gente é muito mais positiva. Porque o Brasil está acostumado a cair e levantar sempre. O brasileiro tem mais jogo de cintura para superar os problemas e acaba trabalhando mais e chega mais firme onde planejou do que esses caras." (David, 1992)

No processo da interação social os brasileiros empreendem esforços contínuos de classificação e diferenciação. Eles não se satisfazem em serem identificados com o "outro" por excelência do universo simbólico inglês, fundado na ideologia de sua hegemonia racial segundo a qual posicionam os imigrantes originários de suas ex-colônias. Os brasileiros consideram-se pessoas **educadas, cultas** e, inclusive, cujo país de origem ocupa uma posição superior no contexto latino-americano: o Brasil é visto como um país mais forte economicamente, independente e mais desenvolvido do que seus vizinhos continentais.

Neste sentido, os brasileiros não se aproximam nem dos imigrantes africanos, indianos, paquistaneses, kurdos, europeus do Leste, nem de qualquer outro que identifiquem como imigrantes "pobres":

"Eu gosto de ser brasileiro. Pelas qualidades irreverentes, é um povo alegre, até a pobreza no Brasil é mais colorida e alegre. Tem o fato de ser mais exótico. Se você disser que é uruguaio não tem apelo nenhum, ou colombiano. O brasileiro é o único que diz que é brasileiro, os outros dizem que são sul-americanos." (Tito, 1993)

Ao mesmo tempo que os brasileiros rejeitam essa aproximação com os imigrantes (e como os refugiados políticos) que conformam as minorias étnicas, ela também é enfatizada pelo *Home Office*: os brasileiros são considerados como imigrantes temporários, que não formam uma "comunidade" muito coesa, originam-se do extrato médio da sociedade brasileira e são, em sua maioria, de origem europeia. Devido a estes fatores o fenômeno da migração de brasileiros ao Reino Unido não parece apresentar um grande problema para as autoridades do controle da imigração, especialmente se comparado àqueles impostos pela acolhida de milhares de refugiados recentes (kurdos e europeus do Leste, por exemplo). Ainda

mais, acredito que os viajantes brasileiros constituem um tipo de imigrante "conveniente" ao mercado local de trabalho não especializado. É neste sentido, aos olhos das agências governamentais do país receptor, que estes imigrantes são reconhecidos, especificamente, como mão-de-obra.

No processo contínuo de confronto com tantas alteridades a imagem que os brasileiros fazem de si mesmos como coletividade é afetada. Características que consideravam como relativas à ordem natural das coisas são desmascaradas e, então, vinculadas à sua identidade brasileira. Descobrem, assim, o quanto são mesmo brasileiros: a declaração "eu só descobri que sou muito brasileiro aqui", é recorrente. A imagem própria é suspensão, é confundida no contraste com os "outros". A questão "afinal como sou eu?" inicia o processo de criação de um modo de ser brasileiro fora do Brasil, mais especificamente, em Londres.

Ao mesmo tempo grande parte dos meus informantes descobre que é "cidadão do mundo". Acredito que esta formulação está ligada ao caráter cosmopolita de Londres que oferece aos brasileiros o encontro com diversos aspectos do globo, através, não apenas de seus imigrantes, mas também dos bens culturais que expõe. A construção do ser brasileiro em Londres se estabelece, também, nesta relação de interdependência com as "alteridades", numa situação ambígua entre a especificidade - especialidade - de ser brasileiro e a ambição de ser cidadão do mundo.

A auto-representação dos brasileiros navega numa certa confusão; por um lado o Brasil é um país de belezas exóticas e de povo feliz, conhecido internacionalmente por sua música popular e pela exuberância de suas mulheres. Por outro lado, a ameaça de extinção da sua fauna e flora, a acusação de chacinadores de crianças de rua, a impagável dívida externa que arruina a economia do país e o extermínio dos povos da floresta, características que entram no discurso dos europeus ao definirem o Brasil e os brasileiros, fornecem subsídios para que estes europeus reafirmem a "inferioridade" de mais este grupo de imigrantes. Num conflito cíclico de sentir-se superior aos "imigrantes pobres" (incluindo aí alguns de seus compatriotas), os brasileiros empenham-se numa procura ambígua de se aproximarem dos estrangeiros europeus que moram em Londres - especialmente italianos, franceses e espanhóis -, de absorverem o que de "civilizado" a cidade européia mais cosmopolita tem a oferecer e, acima de tudo, de tentar

reconstruir uma identidade brasileira que se adequa à sua nova condição pessoal de imigrante. A experiência de ser brasileiro em Londres abrange a totalidade de desejos e expectativas deste novo estilo de vida:

'Eu vim para conquistar meus ideais. Desafiar a mim mesmo. Para colocar em prática as experiências da vida que tive no Brasil. Vim para me educar, para crescer como ser humano, para explodir os limites do meu potencial, para sair da barra da saia da minha mãe, para ter uma independência financeira, social e emocional. Vim para aprender novas línguas, conhecer novos lugares, novas pessoas, novas culturas e novas raças. Vim em busca de um mundo melhor para mim. (...) Vim para vencer!' (Motta, 1991)

* *Angela Torresan é mestre em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ e doutoranda em Antropologia Social e Visual, Universidade de Manchester-Inglaterra.*

NOTAS

1) Não existem dados estatísticos que informem quantos brasileiros saem do Brasil com intuito de se estabelecerem no Exterior, tampouco para que países se dirigem. A percepção do vulto deste fenômeno ocorre através da experiência dos brasileiros que partiram e de seus familiares e amigos que ficaram. Os primeiros, ao chegar no país de destino, logo percebem que não foram os únicos a se deslocar, quando já não vão seguindo a carreira de uma cadeia de migrantes. Os segundos sempre conhecem um outro brasileiro que também saiu do país. Em seguida, os meios de comunicação se dão conta de que estão diante de um fenômeno social novo e se adiantam em veicular o debate social sobre o movimento, imprimindo, inclusive, seus próprios juízos de valor. Entre os brasileiros que vêm e vão encontram-se os cientistas sociais que transformam o movimento em objeto de investigação. E é assim, através da produção de conhecimento informal, da imprensa e de intelectuais que se vai descobrindo a magnitude do que se convencionou chamar de *diáspora brasileira*.

2) O único trabalho publicado sobre imigrantes brasileiros foi feito em Nova York pela socióloga Maxine Margolis (1994). O número 21 da revista *Travessia* do Centro de Estudos Migratórios é dedicado às mais recentes pesquisas sobre o tema (1995).

3) A pesquisa que orienta este artigo gerou minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, sob orientação do Dr. João Pacheco de Oliveira Filho: "Quem Parte, Quem Fica: uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres", (1994).

4) Principalmente nas noites brasileiras promovidas por casas noturnas londrinas, nos concertos de cantores brasileiros, nos restaurantes brasileiros e nas escolas de samba.

5) Anoção de "comunidade brasileira" é amplamente utilizada pelos brasileiros quando querem se definir como coletividade social em Londres e não carrega nenhuma conotação teórica neste texto.

6) Deve-se tomar cuidado com o uso das categorias de imigrante temporário e refugiado econômico na investigação sobre esta população em Londres, visto que estas são categorias utilizadas pelo órgão britânico de controle da imigração (*Home Office*) para definir os

imigrantes brasileiros. Do mesmo modo utilizam a idéia de que estes imigrantes não formam uma comunidade coesa. É importante perceber em que sentido determinadas categorias são usadas por organismos governamentais ao definirem populações específicas. Para maiores detalhes sobre esta questão, no caso da relação entre os brasileiros e o controle britânico da imigração, vide Torresan, 1994.

7) Com o necessário recrutamento de mão-de-obra para os Estados mais industrializados da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, houve intensa movimentação populacional dentro do continente europeu. Como a demanda de força de trabalho superou as possibilidades das fontes internas, os países colonizadores incentivaram o processo migratório de suas colônias e territórios dependentes. Foi neste período que as grandes nações da Europa, cuja auto-representação era a de que se constituíam em países de população homogênea, transformaram-se em Estados multirraciais. No entanto, a ideologia que dominava o processo de recrutamento, seja ele voluntário ou financiado pelo governo do país receptor, era a de que, tão logo não se fizessem mais necessários e em consequência do recrudescimento do mercado de trabalho interno, esses imigrantes seriam naturalmente repatriados. O maior problema desta ideologia era o de representar os imigrantes como recursos econômicos, ferramentas de reconstrução do pós-guerra, e esqueciam-se que estavam lidando com pessoas de carne e osso e que, sendo assim, viajavam levando não apenas seus braços para trabalhar, mas também uma importante bagagem de expectativas, valores, tradições e planos de vida.

8) "Conjunto de Estados, territórios e protetorados que, oriundos do Império Britânico, reconhecem como seu chefe o soberano da Grã-Bretanha e se identificam por sua fidelidade comum à Coroa Britânica." (verbebe in: Houaiss, 1980)

9) Esta situação de irregularidade não é atribuída apenas dos imigrantes brasileiros, tampouco a natureza "aventureira" de seu empreendimento migratório, caracterizada pela imprevisibilidade do desenrolar de sua estadia. Na realidade Londres recebe pessoas originárias das mais diversas partes do mundo que ficam aí nesta mesma situação.

10) *Job Centres* são agências de emprego governamentais. Estas agências podem emitir permissão de trabalho para estudantes integrais que queiram trabalhar por, no máximo, quinze horas semanais. A maior parte dos brasileiros que possuem visto de estudante, mesmo quando chegam a pedir tais permissões ao *Job Centre*, trabalham muito mais do que este limite.

11) Os termos grifados referem-se a categorias frequentemente utilizadas por meus informantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOME OFFICE
1993 - *British Nationals and UK Immigration Control*, não publicado.
- HOUAISS, Antônio (dir.)
1980 - *Pequeno Dicionário Enciclopédico Larousse*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil.
- MARGOLIS, Maxine L.
1994 - *Little Brasil*. New Jersey: Princeton University Press.
- MOTTA, Edson
1991 - *O Último que Sair Apaga a Luz: uma vida melhor na Europa e como chegar lá*. São Paulo: publicação independente.
- TORRESAN, Angela
1994 - *Quem Parte, Quem Fica: uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*. Dissertação de Mestrado não publicada, Museu Nacional, UFRJ.
- TRAVESSIA
1995 - São Paulo, CEM, Ano VIII, nº 21, janeiro-abril.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento:

social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;

Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;

Os artigos devem ser inéditos;

Tamanho: 250 linhas;

Intercalar o texto com intertítulos;

Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;

Obedecer aos prazos para o envio das matérias, conforme estipulado ao lado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 24

ÍNDIOS E TERRITÓRIOS

(JAN-ABR/96)

Prazo para envio dos artigos:
(15/10/95)

TRAVESSIA Nº 25

DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO

(MAI-AGO/96)

Prazo para envio dos artigos:
(10/02/96)

TRAVESSIA Nº 26

A MULHER MIGRANTE

(SET-DEZ/96)

Prazo para envio dos artigos:
(30/05/96)

**FIQUE DE OLHO
VEM AÍ**

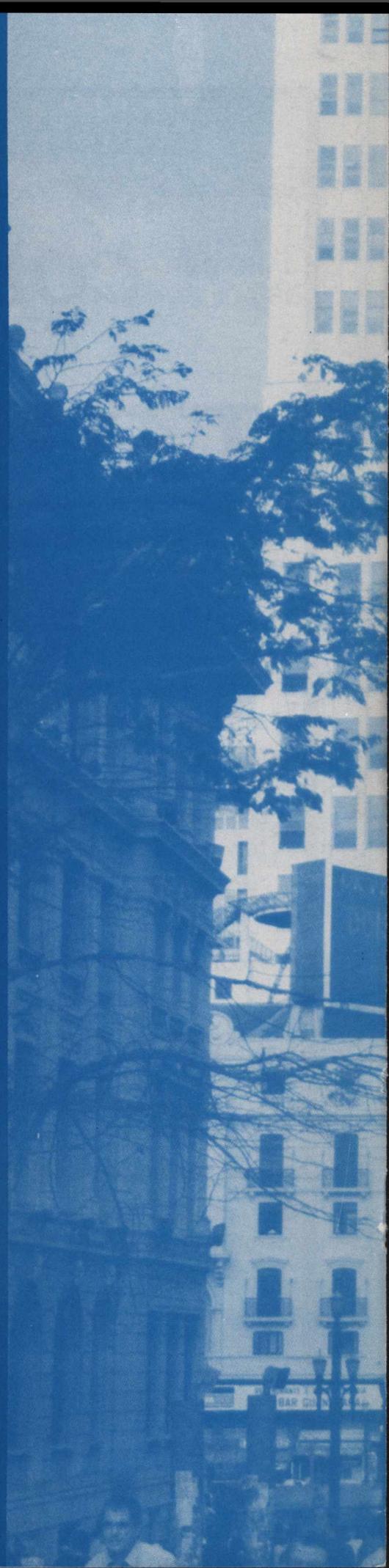
TRAVESSIA ESPECIAL

O sociólogo argelino, radicado na França, **Abdelmalek Sayad**, brindou-nos com um rico e extenso artigo, enfocando a questão do Retorno do Migrante, a partir de uma perspectiva antropológica.

Em breve, **TRAVESSIA**, em Edição ESPECIAL, colocará à sua disposição esse texto. Trata-se de uma contribuição original que não poderá passar ao largo das leituras dos que lidam e se interessam pela questão migratória.

O indizível drama de todo migrante, presa da socialização na terra de imigração, tendo que manter seus deveres de ordem material e moral com sua terra de origem, revela-se de maneira inusitada na perspectiva permanentemente posta ao migrante de retorno.

O retorno, afirma **Abdelmalek Sayad**, pode introduzir-nos numa Antropologia total do ato de migrar.



**FIQUE DE OLHO
VEM AÍ**

TRAVESSIA ESPECIAL

O sociólogo argelino, radicado na França, **Abdelmalek Sayad**, brindou-nos com um rico e extenso artigo, enfocando a questão do Retorno do Migrante, a partir de uma perspectiva antropológica.

Em breve, **TRAVESSIA**, em Edição ESPECIAL, colocará à sua disposição esse texto. Trata-se de uma contribuição original que não poderá passar ao largo das leituras dos que lidam e se interessam pela questão migratória.

O indizível drama de todo migrante, presa da socialização na terra de imigração, tendo que manter seus deveres de ordem material e moral com sua terra de origem, revela-se de maneira inusitada na perspectiva permanentemente posta ao migrante de retorno.

O retorno, afirma **Abdelmalek Sayad**, pode introduzir-nos numa Antropologia total do ato de migrar.

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano VIII, número 23, Setembro-Dezembro/95

METRÓPOLE

ISSN 0103-5576